



IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO

ELCENIRA MATOS DE ARAÚJO

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS LÚDICAS: Analisando Políticas Curriculares

MANACAPURU- AM

2023



ELCENIRA MATOS DE ARAÚJO

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS LÚDICAS: Analisando Políticas Curriculares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Linha de pesquisa: Metodologias e Práticas da Educação

Orientadora: Prof. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza

MANACAPURU- AM

2023



CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

A663d Araújo, Elcenira Matos.
Concepções e práticas lúdicas: analisando políticas curriculares.
[recurso eletrônico] / Elcenira Matos Araújo. – Dados eletrônicos. –
Manacapuru-AM: 2023.

62 f.: il.

Orientação: Sawana Araújo Lopes de Souza.

Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Práticas lúdicas. 2. Políticas curriculares. 3. Anos iniciais. I.
Souza, Sawana Araújo Lopes de. II. Título.

ENBER/BC

CDU 37.014.5:373.2

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980



ELCENIRA MATOS DE ARAÚJO

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS LÚDICAS: Analisando Políticas Curriculares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em: 15/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Sawana Araújo Lopes de Souza
Profa. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza
(Orientadora/PPGED/ENBER)

Danielle Ventura
Profa. Dra. Danielle Ventura de Lima Pinheiro
(Membro-interno/PPGED/ENBER)

Nathalia Fernandes Egito Rocha
Profa. Dra. Nathalia Fernandes Egito Rocha
(UFPB)



Dedico este estudo à minha família pelo apoio que sempre encontrei e o incentivo na concretização desta formação, à minha mãe Raimunda Matos de Araújo e meu pai José Tavares de Araújo pelo amor e afeto que sempre dedicaram à minha vida.

Ao meu esposo Criste Alves Said e aos meus filhos Laryssa Araújo Said, Christyan Cauã Araújo Said e Nicolas Caue Araújo Said, por estarem presentes em todos os momentos, e me ajudaram a vencer barreiras ao longo desta trajetória.



AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos primeiramente ao meu Deus por me ter dado graça, força e sabedoria, para enfrentar as dificuldades encontradas nesta etapa da minha vida e poder concluir essa graduação a qual me trouxe novo conhecimento.

A todos os meus familiares, a minha gratidão pelas palavras de incentivo, pela paciência, compreensão, apoio e amor demonstrado ao longo de toda a minha vida, pela incansável força que me transmitiram e pelos valores que fazem de mim a pessoa que sou hoje.

À minha orientadora Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza que me proporcionou conhecimentos, dedicação e confiança sendo primordial durante o período de realização deste trabalho.

Agradeço ainda à Instituição de Ensino Ivy Enber Christian University, que contribuíram para a área do conhecimento, aos professores e à coordenação geral, pois tiveram disponibilidade para me ensinar e foram de suma importância para a realização desta caminhada.



“O importante da educação não é apenas formar um mercado de trabalho, mas formar uma nação com gente capaz de pensar”.

(José Arthur, 2019).



RESUMO

É notável que a ludicidade está presente no mundo da criança desde o início da sua infância e o fator importante é o seu desenvolvimento por meio do brincar constituído por lei, a fim de garantir que as crianças possam ter condições adequadas para desenvolver suas competências. Com propósito, o objetivo geral visa investigar o cenário das Políticas nacional e local da Educação Infantil, bem como os desdobramentos e orientações para as práticas pedagógicas do Município no Manacapuru-AM. Para alcançá-lo, destaco os seguintes objetivos específicos: Identificar a ludicidade no contexto histórico da educação; Apontar a importância das práticas lúdicas no aprendizado infantil; Relacionar os documentos educacionais curriculares, bem como a orientação docentes no espaço educacional. Metodologicamente, a pesquisa trouxe uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e pesquisa documental. Vale salientar que a pesquisa bibliográfica foi fundamentada na teoria de Vygotsky, a citar obras de autores como Brasil (2017), Bacelar (2009), Kishimoto (2008; 2010), Porto (2014) e Vygotsky (1988; 1989; 1991; 2010) com embasamento na concepção sobre o desenvolvimento da criança por meio do brincar no processo de ensino-aprendizagem. Neste estudo os resultados obtidos evidenciaram que a ludicidade representa um princípio importante para o desenvolvimento da criança, constatando por comparações bibliográficas e documentos constituídos por lei fundamentais para a Educação Infantil. Desse modo, a eficácia deste marco legislativo que norteiam o currículo da unidade de ensino é primordial para as instituições escolares, principalmente no Município de Manacapuru-AM, sobretudo indispensáveis nas rotinas e nas práticas pedagógicas para que o ensino não seja aleatório, mas baseado no que se espera que os alunos desenvolvam em cada etapa da educação.

Palavras-chave: Ludicidade; Prática pedagógica; Educação Infantil.



ABSTRACT

It is noteworthy that playfulness is present in the world of the child from the beginning of his childhood and the important factor is his development through the play constituted by law, in order to ensure that children can have adequate conditions to develop their skills. With purpose, the general objective aims to investigate the scenario of the National and local Policies of Early Childhood Education, as well as the developments and guidelines for the pedagogical practices of the Municipality in Manacapuru-AM. To achieve this, I highlight the following specific objectives: to identify playfulness in the historical context of education; Point out the importance of playful practices in children's learning; Relate the curricular educational documents, as well as the orientation of teachers in the educational space. Methodologically, the research brought a qualitative approach, with bibliographic review, documental, It is worth noting that the bibliographic research was based on the theory of Vygotsky to cite works of Authors such as Brazil (2017), Bacelar (2009), Kishimoto (2008; 2010), Porto, (2014) and Vygotsky (1988; 1989; 1991; 2010) based on the conception about the development of the child through play in the teaching-learning process. In this study, the results obtained showed that playfulness represents an important principle for the development of the child, which was verified by bibliographic comparisons and documents constituted by fundamental law for early childhood education. Thus, the effectiveness of this legislative framework that guides the curriculum of the teaching unit is paramount for school institutions, especially in the Municipality of Manacapuru-AM, especially indispensable in the routines and pedagogical practices so that teaching is not random, but based on what students are expected to develop at each stage of education.

Keywords: Playfulness; Pedagogical practice; Early childhood education.



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos nacionais analisados	40
Quadro 2 – Documentos estaduais (Amazonas) e municipais (Manacapuru/AM) analisados	42



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCNs –Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE – Plano Nacional de Educação

PEE/AM – Plano Estadual de Educação do Amazonas

PME – Plano Municipal de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

RCA – Referencial curricular do Amazonense

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação do Amazonas

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. AS PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA.....	15
2. CONCEITOS DE LUDICIDADE NO BRINCAR E NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	19
2.1 O brincar.....	22
2.1.1 Jogos e brincadeiras.....	25
2.1.2 Jogos simbólicos: o faz de conta.....	29
2.1.3 Cantigas de roda.....	31
2.2 A importância da ludicidade na prática pedagógica dos professores.....	33
3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	36
3.1 A relação entre Vygotsky e a ludicidade na educação infantil.....	36
3.2 Metodologia da Pesquisa.....	40
4. A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DESDOBRAMENTOS DA SUA OBRIGATORIEDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	45
4.1 Documentos nacionais.....	45
4.2 Documentos do estado do Amazonas e do município de Manacapuru/AM	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59



INTRODUÇÃO

A educação é um processo dinâmico e inovador, estando em constante evolução influenciada pelos valores, costumes e culturas, simultaneamente. Na perspectiva desse segmento, a educação desenvolve importante papel na sociedade, principalmente na formação do indivíduo, sendo um pilar indispensável para o pleno desenvolvimento humano no âmbito educacional. A Educação Infantil dá início ao progresso de práticas que irão conduzir os infantes aos demais níveis de processo sócio pedagógico. Para nortear o sistema educacional, uma série de documentos oficiais e normas complementares atuam em vigência no país, dispondo de diretrizes de suma relevância para a condução das práticas educacionais, incluindo as práticas pedagógicas da Educação Infantil. A ludicidade é um princípio importante na formação do indivíduo desde sua infância, e para o campo da educação se torna o princípio geral para o desenvolvimento infantil que se configura como fonte de socialização e integração da criança, ampliando-se a partir do momento em que estas entram em contato com o ambiente escolar. Um dos aspectos principais para que ludicidade aconteça, é que ela deve adequar-se através do ensino e nas práticas pedagógicas, visto que o educador se configura como responsável por desenvolver esse mecanismo, uma vez que o teórico Vygotsky (1989) aloca o educador como um mediador fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem infantil, afirmando que o professor é a figura principal responsável pela mediação dessas práticas.

Assim como Freire (1967), Vygotsky (2010) indicou que os educadores devem assumir a posição de mediadores da Educação Infantil, desconstruindo o papel de único emissor do ensino, para oportunizar a construção de uma relação baseada pela interação mútua, com a produção de estímulos-respostas, dotando os educandos de autonomia para participarem ativamente da construção dos saberes pretendidos pela escola.

Observou-se que neste cenário é comum ouvir falar a palavra ludicidade na Educação Infantil, mas de fato, todos os envolvidos desta área oferecem um ensino de qualidade por meio do brincar? É notável que nesta fase a ludicidade está presente no mundo da criança desde o início da sua infância e o fator importante é o seu desenvolvimento por meio do brincar constituído por lei, a fim de garantir que as crianças possam ter condições adequadas para desenvolver suas competências, além disso é necessário reconhecer que não é simplesmente inserir uma brincadeira no plano de aula, mas que os métodos devem estar diretamente ligados com os documentos que circundam seus direitos com conteúdos



necessários e conforme as leis que regem a Educação Infantil.

Nesta perspectiva, como educadora da rede Municipal do Município de Manacapuru-AM, trago uma análise dos documentos Nacionais, Estaduais e Locais, a destacar: o Estatuto da Criança e do Adolescente; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Parâmetros Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil; Referencial Curricular Amazonense e o Projeto Político pedagógico (PPP). Esses documentos discorrem sobre o direito de brincar e a importância da ludicidade no desenvolvimento infantil no processo ensino-aprendizagem, uma vez que, esse segmento de ensino deve ter em sua proposta curricular as interações e brincadeiras como eixos norteadores.

O interesse para o desenvolvimento desta pesquisa surgiu a partir do contato com realismo no cotidiano escolar, sendo muitas vezes universo desafiador para os docentes, principalmente nas ações executadas em sala de aula através das práticas lúdicas, jogos e brincadeiras. Decorrente disto, o lúdico em sala de aula, faz-se necessário conhecer a sua importância com relação a seus benefícios ocasionados pelas atividades, bem como as diferentes abordagens lúdicas que favorecem o ensino e a aprendizagem dos nossos discentes.

Diante de um embasamento teórico, Vygotsky (1989) afirma é preciso que a multidisciplinaridade de temáticas e de métodos pedagógicos seja uma realidade nas escolas, de modo a alcançar o desenvolvimento saudável das habilidades das crianças na Educação Infantil.

Neste sentido, o professor de Educação Infantil deve estar constantemente se atualizando em suas práticas pedagógicas, buscando meio significativo no ensino-aprendizagem dos educandos, proporcionando o desenvolvimento por meio de atividades que tornem o ambiente escolar prazeroso aos olhos das crianças, uma vez que a brincadeira é uma forma de linguagem a partir da qual a criança atua, desenvolve-se, cria o seu próprio conhecimento.

Partindo-se desse pressuposto, a pesquisa foi desenvolvida com base em informações de documentos educacionais que tratem sobre a importância do lúdico na Educação Infantil, partindo da seguinte pergunta norteadora: como os docentes da rede Municipal de ensino de Manacapuru-AM devem desenvolver suas práticas lúdicas? Para obtermos resposta para esta questão, o objetivo geral deste trabalho visa: Investigar o cenário das Políticas Nacional e local da Educação Infantil, bem como os desdobramentos e orientações para as práticas pedagógicas no Município de Manacapuru-AM. Para alcançá-lo destaco os seguintes



objetivos específicos: Identificar a ludicidade no contexto histórico da educação; Apontar a importância das práticas lúdicas no aprendizado infantil; Relacionar os documentos educacionais curriculares, bem como a orientação docente no espaço educacional.

A pesquisa foi fundamental para conhecermos o processo histórico, mudanças, e transformações com embasamento teórico. Vale salientar que a pesquisa bibliográfica foi fundamentada na teoria de Vygotsky a citar obras de autores como, Bacelar, (2009), Kishimoto (2008; 2010), Porto, (2014) e Vygotsky (1988; 1989; 1991; 2010) com embasamento na concepção sobre o desenvolvimento da criança por meio do brincar no processo de ensino-aprendizagem.

A dissertação é composta por três capítulos. O primeiro aborda o conceito sobre concepção de criança e infância baseado no contexto histórico, o cuidar e o educar, relacionando às finalidades da Educação Infantil. O segundo capítulo fala sobre o conceito de ludicidade elencando alguns pontos sobre a importância do brincar, jogo simbólico: faz de conta, cantiga de roda, mostrando a importância da ludicidade na prática pedagógica dos professores. O terceiro capítulo apresenta o referencial teórico, baseado nos autores e pesquisadores do tema que foram aplicados para a condução da pesquisa, com embasamento na concepção sobre o desenvolvimento da criança por meio do brincar no processo de ensino-aprendizagem.

E por fim, a pesquisa traz abordagem dos documentos educacionais a saber: Estatuto da Criança e do Adolescente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, os Parâmetros Curriculares Nacionais e mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular na Educação Infantil; e documentos curriculares que fazem parte do Estado do Amazonas como o Referencial Curricular Amazonense do Município de Manacapuru-AM, documentos esses que discorrem sobre o direito de brincar direcionando a ludicidade no desenvolvimento infantil, e as Considerações Finais apresentando discussão dos resultados alcançados na pesquisa, obtidos no decorrer deste trabalho.

Partindo do entendimento já mencionado neste estudo de que em todos os tempos e sociedades existiram formas de educar os infantes a discussão prossegue apresentando neste primeiro capítulo os aspectos importantes que marcam e caracterizam a educação das crianças em diferentes momentos históricos.



1. AS PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA

Uma questão que nos leva a uma série de reflexões neste contexto é o conceito sobre o que é ser criança. É importante mencionar que esta é a fase inicial da vida humana e as crianças sempre existiram, quaisquer que sejam os nossos conceitos sobre elas. A esse respeito a autora Cohn (2005, p. 8) esclarece que:

Se quisermos realmente responder a estas questões, precisamos nos desvencilhar das imagens pré-concebidas e abordar esse universo e essa realidade tentando entender o que há neles, e não o que esperamos que nos ofereçam. Precisamos nos fazer capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista (Cohn, 2005, p. 8).

Nesta perspectiva, a infância deve ser entendida como uma forma específica de pensar sobre as crianças e não como um estado universal que todos vivenciam da mesma forma. Mais uma vez temos que enfrentar a multiplicidade e a ideia pré-concebida de que o conceito de criança e infância estejam separados, o que mostra que a ideia de infância é uma construção social e histórica. Ao tratar da educação na antiguidade, é importante pensar em como as crianças eram vistas nesta época.

Neste sentido o estudo sobre a história da infância a autora Cohn (2005) cita que:

A criança e a vida familiar no Antigo Regime mostram que a ideia de infância é uma construção social e histórica do Ocidente. Ela não existe desde sempre, e o que hoje entendemos por infância foi sendo elaborado ao longo do tempo na Europa, simultaneamente com mudanças na composição familiar, nas noções de maternidade e paternidade, é no cotidiano e na vida das crianças, inclusive por sua institucionalização pela educação escolar (Cohn, 2005, p. 21).

De fato, as estruturas históricas mostram que os sentimentos sobre infância os denominam, isto é, não como uma maior sensibilidade em relação à infância, como um sentimento que emerge onde estava ausente, mas como uma formulação sobre a particularidade da infância em relação ao mundo dos adultos, estabelecida entre essas duas experiências sociais. Assim, na contemporaneidade, os direitos da criança e a própria ideia de minoria não podem ser compreendidos senão a partir desta formação de um sentimento e de uma concepção de infância. Porém, não podemos esquecer que, mesmo nas sociedades de tradição ocidental, a história prossegue e esta concepção de infância sofreu modificações.



O estudo histórico de Ariès (1981) enfatizou que, durante parte da Idade Média, as crianças eram vistas como meras criaturas biológicas, sem classe social ou autonomia.

As crianças têm sido tratadas de forma diferente dependendo das diversas relações que se formaram ao longo da história humana. Segundo Kramer (1992), as crianças são pessoas sociais e históricas e, portanto, são identificadas pelas contradições da sociedade em que estão imersas. Diante dos estudos, compreendemos que no final do século XIII, época medieval, a criança era considerada um adulto em miniatura que recebia a disciplina dos pais como forma de preparação para lhe oferecer mais trabalho e adquirir aprendizado através do trabalho a ser considerado adulto, apenas com tamanho diferente.

A infância, em seu cenário histórico revela um passando em que o “ser criança” era negado sendo um período como qualquer outro, em que a criança não tinha direitos, mas deveres a cumprir, e, por muito tempo, a educação não foi prioridade na infância.

Sabemos também que a ideia contemporânea de infância, como categoria social, surgiu com a modernidade e que tem como principal berço a escola e a família. Sarmiento (2001, p. 4) reitera que com o advento da escolarização massiva, a família torna-se nuclear e forma-se o conhecimento sobre a criança. A modernidade criou um conjunto de etapas que determinam a organização simbólica da infância. O referido autor (2001) relaciona às normas e regulamentos que limitam a vida das crianças na sociedade como determinar o local, o tipo de alimentação, os horários de aceitação e rejeição das crianças na participação coletiva. Além disso, a gestão simbólica da infância constitui a profissão da criança Chamboredon & Prévot, 1986 (*apud* Sarmiento, 2001), “está ligado às atividades escolares, mas está claramente indicado nas características comportamentais inerentes às atividades ativas”. “O desempenho da criança nos papéis sociais que assume” (Sarmiento 2001, p. 4).

A infância faz parte da sociedade conforme está ressaltado pelos autores Pinto e Sarmiento (1997, p. 25) que enfatizam:

As crianças através do seu olhar permite-nos afirmar visíveis fenômenos sociais que o olhar dos adultos ofusca ou obscurece completamente. Desse modo, a interpretação das representações sociais das crianças pode ser um meio de acessar não apenas a infância como classe social, mas também as próprias estruturas e dinâmicas sociais reveladas no discurso.

Desta forma, a concepção ampliada de infância revela uma interpretação das sociedades. Na Era moderna, a definição de infância revela-se como uma fase distinta da vida adulta. Isto



também abre a porta para uma nova análise do lugar que as crianças e as famílias ocupam na sociedade moderna.

Neste contexto histórico percebe-se que somente no século XIX houve um olhar diferenciado da criança para o adulto, e a partir das mudanças que houve no processo histórico dentro do contexto social, a criança passa a ter direitos e ter valor diferente dos adultos. Portanto, surgindo a necessidade do educar e do brincar.

Nesta concepção, o processo de escolarização passou por transformações, adaptações e mudanças relacionadas à urbanização e industrialização influenciando a criança para o estabelecimento das instituições escolares; o processo educacional na história da Educação Infantil foi primordial no desenvolvimento integral da criança, visto que o sistema de ensino constituído através da legislação revela que a criança é um ser social e que possui direito a uma educação de qualidade.

É oportuno frisar que o conceito de infância é amplo e que tem sido discutido ao longo da história. Dessa forma, é importante destacar que está voltado para a primeira fase da vida humana. Diante das transformações que passam a atual sociedade, torna-se imprescindível a definição da identidade do conjunto de princípios, e é necessário sabermos e analisarmos o nosso passado, refletirmos o presente para termos claro aonde queremos chegar, qual o nosso ideal a ser atingido e que tipo de sociedade vamos construir.

Pertencemos a uma sociedade globalizada, onde em toda a história, nunca se planejou o futuro como agora. Somos uma geração onde existem leis e projetos públicos, profissionais, sociais, econômicos, culturais, educacionais, entre outros.

Esta geração está profundamente relacionada à capacidade de produzir conhecimento e tecnologia de grande porte. Como consequência, a escola tem a sua principal atribuição de desenvolver caráter democratizado, à medida que proporcionará, não apenas o acesso ao direito subjetivo do indivíduo, mas, sim, a apropriação do conhecimento da realidade produzida pela sociedade.

Sendo assim, é de fundamental importância que haja uma compreensão ampla a respeito do conceito de criança em diferentes momentos da história como um todo. Além disso, precisamos garantir o cuidado e a educação nesse nível de ensino, tendo em vista atender as necessidades do corpo e mediar o desenvolvimento sociocultural das crianças desde o nascimento, assegurando-lhes o tripé de direitos que se esboça para essa etapa da educação, como o direito a brincar, criar e aprender.



Para haver uma compreensão maior relacionada ao conceito de infância construído na história, apresentamos no próximo tópico um diálogo sobre a ludicidade como fator importante para o desenvolvimento da criança no processo de ensino no âmbito escolar.



2. CONCEITOS DE LUDICIDADE NO BRINCAR E NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A educação é um pilar indispensável para o pleno desenvolvimento humano, principalmente no que tange a Educação Infantil, que ocorre no início da vida e perpassa pelo processo de ensino-aprendizagem na construção do sujeito.

Essa compreensão norteou informações que tratam da importância do lúdico na Educação Infantil, buscando assegurar o exercício pleno da cidadania. Podemos citar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), destacando que as práticas lúdicas trazem benefícios às crianças no decorrer do processo educacional (Brasil, 1998, p. 27).

Neste sentido o sistema educacional brasileiro, norteia uma série de documentos curriculares em vigência no país que constituem referências e diretrizes educacionais e contribuem para a implantação ou implementação de práticas educacionais de qualidade que irão conduzir os infantes aos demais níveis de desenvolvimento sócio pedagógico, bem como as condições necessárias ao exercício da cidadania.

Nesse sentido, a escola precisa priorizar, dentre outros aspectos, a garantia da qualidade do ensino e o fortalecimento da Escola, visando oferecer às crianças uma aprendizagem de sucesso, buscando assegurar o exercício pleno da cidadania. Isso se deve à expansão da Educação Infantil que tem ocorrido cada vez mais no Brasil e no mundo e com isso, colaborando para a conscientização acerca da importância das experiências na primeira infância.

A construção do sujeito no princípio da ludicidade traz grande contribuição na Educação Infantil, pois permite a aprendizagem e o desenvolvimento do sujeito de forma positiva no desenvolvimento da criança, ou em suas habilidades adquiridas neste processo. Conhecer a importância da ludicidade no processo educacional ajudará a identificar as reais necessidades da criança e as mudanças que se fazem necessárias, tornando essencial em todos os aspectos de conhecimento no universo infantil.

A ludicidade é uma maneira de fomentar a criatividade e o conhecimento por meio de jogos, música e dança. Sempre com o propósito de educar, ensinar, divertir e estimular a interação da criança com o meio. Tem grande influência no desenvolvimento da criança destacando a importância da utilização das atividades lúdicas, tais como as brincadeiras e as diversas atividades para o seu desenvolvimento cognitivo e social. Entendendo o desenvolvimento cognitivo como mudança progressiva na habilidade de pensar, raciocinar e



agir, Vygotsky (1993) afirma que o nível de desenvolvimento cognitivo está condicionado à aprendizagem. Assim, mantém uma concepção que mostra a influência permanente da aprendizagem na maneira em que se produz o desenvolvimento cognitivo, ou seja, a criança que tem mais oportunidade de aprender, não somente adquirirá mais informações e vivências como também alcançará um melhor desenvolvimento em sua aprendizagem.

A ludicidade resulta em respostas positivas para o desenvolvimento infantil, e assim traz avanços na interação, socialização e facilita a aprendizagem como um todo. O lúdico é de fundamental importância, pois pode proporcionar uma aprendizagem mais interativa e prazerosa, pois a criança aprende brincando (Silva, 2017, p. 3).

O lúdico tem sua origem na palavra latina "ludus" que quer dizer "jogo". Se achasse confinado a sua origem, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao jogar, ao brincar, ao movimento espontâneo. O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial de psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo.

As atividades lúdicas devem acontecer como um conjunto de estratégias metodológicas que envolvem a utilização de jogos e brincadeiras como meio de formação ao seu desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem. Por meio da ludicidade, consegue-se aprimorar o processo educacional e alcançar melhores resultados no desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança. No entanto, Bacelar (2009, p. 26), aponta que a tarefa do lúdico é tão mais extensa que ultrapassa as barreiras do objetivo para o qual quase sempre é visto ou destinado.

O lúdico tem um papel muito mais amplo e complexo do que, simplesmente, servir para treinamento de habilidades psicomotoras, colocadas como pré-requisito da alfabetização. Através de uma vivência lúdica, a criança está aprendendo com a experiência, de maneira mais integrada, a posse de si mesma e do mundo de um modo criativo e pessoal (Bacelar, 2009, p. 26).

Cientes dessa amplitude de efeitos benéficos que o lúdico proporciona para a educação, e mais especificamente, para o desenvolvimento da prática pedagógica na Educação Infantil, é salutar reconhecer que quanto melhor aplicadas as metodologias da ludicidade no processo ensino-aprendizagem, mais satisfatórios serão os resultados. E quando se fala de resultados, refere-se à maneira como a criança irá passar pela experiência lúdica, e quais serão os efeitos causados nela a partir disso, pois há outras habilidades em desenvolvimento constante, como a capacidade de se comunicar por meio da linguagem.



Neste sentido, Oliveira, Luengo e Barros (2009, p. 105) afirmam que “as experiências lúdicas das crianças exercem papel fundamental para o aparecimento da linguagem e para sua ampliação, fazendo com que novas necessidades de comunicação floresçam”. Esse florescer de novas necessidades de comunicação é um dos fatores que estão diretamente ligados ao desenvolvimento comunicativo e social das crianças.

Na prática lúdica, esse processo comunicativo da criança acontece de forma tanto externa como interna, ou seja, externamente, estabelecendo a comunicação com o outro, e internamente, exercitando uma comunicação consigo mesma. Vygotsky (2009, p. 32) quando trata dos processos internos da criança no ato do brincar, refere que na idade escolar, a brincadeira desloca-se para os processos internos, para a fala interna, a memória lógica e o pensamento abstrato. Na brincadeira, a criança opera com significados separados dos objetos, mas sem interromper a ação real com os objetos reais.

Por meio da brincadeira e dos brinquedos, a criança consegue criar seus próprios significados, ideias e pensamentos, a partir de sua imaginação; isso, acaba criando também outras possibilidades que nem sempre correspondem às expectativas do que é proposto. Neste sentido, Kishimoto (2010) ressalta que “apesar da riqueza de situações de aprendizagens que propiciam, nunca se tem a certeza de que a construção do conhecimento efetuado pela criança será a mesma desejada pelo professor” (Kishimoto 2010, p. 37). O que nos mostra que é preciso compreender o sujeito na sua real necessidade, observando as suas características individuais, pois cada criança tem as suas particularidades no desenvolvimento de sua aprendizagem.

Além da capacidade de criar suas próprias possibilidades no universo lúdico, outro dado a se considerar é que o fato de uma criança estar inserida em uma atividade lúdica, não garante que ela realmente esteja vivenciando a experiência de forma integral. É o que afirma Bacelar (2009, p. 25):

A vivência se dá nos níveis corporal, emocional, mental e social, de forma integral e integrada. Esta experiência é própria de cada indivíduo, se processa interiormente e de forma peculiar em cada história pessoal. Portanto, só o indivíduo pode expressar se está em estado lúdico. Uma determinada brincadeira pode ser lúdica para uma pessoa e não ser para outra.

A partir do que afirma Bacelar (2009) é possível dizer que as experiências perpassam as crianças de modos diferentes, um recurso lúdico pode funcionar para uma e para outra não, pois cada criança recebe os estímulos de sua maneira. Dessa forma, faz-se necessário que o



professor busque as melhores maneiras de fazer com que a criança embarque, ou sinta-se realmente envolvida e inserida no universo lúdico.

Para enfatizar a importância dessas práticas através do lúdico trago para o contexto a visão de Ribeiro (2023, p. 1), salientando que o lúdico é a parte mais importante do mundo infantil na vida de qualquer ser humano. Ao lançar o olhar sobre o lúdico, não se deve vê-lo só como algo divertido, mas sim, de grande influência em todo o seu processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil.

Para utilizar o lúdico no desenvolvimento infantil faz-se necessário um planejamento que norteie conteúdos sérios, necessários e conforme as leis que regem a Educação Infantil. Mas que devem ser muito bem planejados, com jogos, brincadeiras e atividades lúdicas, pois através desse ensino, a Educação Infantil pode proporcionar estímulos no raciocínio, na fantasia, na criatividade, autonomia, autoimagem, concentração, respeito e diversas habilidades adquiridas e trabalhadas, desenvolvendo o emocional, intelectual, social, psicológico e proporcionando uma aprendizagem de qualidade que servirá para a vida toda.

Nesse sentido, considera-se que a ludicidade aplicada no universo infantil é um método substancial que ajuda a compreender a criança no seu espaço, pois, enquanto isso se torna uma prática voltada para o interesse do aluno, também proporciona uma aprendizagem interativa e prazerosa, permitindo que a criança aprenda brincando.

Diante disso, para uma compreensão que melhor contemple a ludicidade destaco os seguintes tópicos: o brincar; jogos e brincadeiras; jogos, faz de conta e a cantiga de roda, ressaltando a importância desse processo no desenvolvimento educacional da criança e seus benefícios perante as práticas através do lúdico, no sentido de valorizar e incentivar esse método fundamental no âmbito escolar desde sua infância.

2.1 O brincar

O brincar no espaço educacional, vem sendo um dos pontos em discussão, no sentido de ampliar o conhecimento e mostrar a importância do brincar nesta fase de desenvolvimento da escolarização da criança, trazendo a concepção da construção do sujeito no seu processo educacional.

Conhecer a importância do brincar no processo educacional ajuda a identificar as reais necessidades da criança e as mudanças que se fazem necessárias, tornando essencial em todos os aspectos de conhecimento no universo infantil. Mas precisamos conhecer e compreender esse processo dentro do contexto educacional.



Dessa forma, para Oliveira, Luengo e Barros (2009, p. 105) “o brincar contribui para o processo de formação da subjetividade do indivíduo, considerando que somos formados por nossas experiências sociais pelo contato com os objetos da cultura, durante nossa história de vida”. Por meio das atividades recreativas ou brincadeira que se praticam com uma criança, é possível exercer influência sobre a formação de sua personalidade, compressão de mundo e comportamento no meio social.

O brincar ajuda a criança a interagir com os demais, buscando, inventando e produzindo. E através do lúdico, a criança cria materiais importantíssimos para a sua vida, como a cultura a qual está inserida (Gama, 2023). O ato de brincar estimula o uso da memória e da criatividade, elevando os processos mentais da criança a um novo patamar.

O ensino divertido deve ser um comportamento planejado com significados e objetivos claros que proporcionem diversão na escola e levem o indivíduo a um nível mais elevado de estágios cognitivos e de independência. Para tanto é preciso que os professores utilizem o lúdico para dar valor ao ambiente e assim propiciar a aprendizagem de forma alegre, estimulante, divertida e com a participação de todos os alunos para que desenvolvam diferentes habilidades. (Silva, 2017, p. 3).

[...] Quando a criança brinca, e se relaciona com brinquedos educativos ela é levada pela mediação do professor e a partir disso, ela cria, experimenta, monta, usa a imaginação e através disso ela começa a distinguir a diferença entre o certo e o errado, assim ela começa a refletir e superar suas limitações (Gama, 2023, p. 11).

Por meio das brincadeiras as crianças se relacionam, descobrem novas possibilidades, se envolvem com o novo, são constantemente estimuladas na criatividade, na interação e de maneira emocional. Ao brincar, a criança fantasia, cria, inventa fatos reais com imaginário, e isso auxilia em seu crescimento e amadurecimento intelectual (Silva, 2017, p. 4). É importante explicitar que através da brincadeira, a criança torna-se capaz de desenvolver suas habilidades e conhecimentos, constrói uma compreensão do meio em que vive, bem como o desenvolvimento para a sua formação mediante a compreensão do mundo imaginário.

Ademais, o brincar está diretamente ligado ao ato de se relacionar com o outro e com tudo o que há em sua volta. Para uma criança, isso vai ainda mais além, trata-se do estímulo da compreensão do mundo, no qual ela está apenas iniciando uma vivência, com todas as tendências para desenvolver, de forma simultânea, corpo e mente. De acordo com Vygotsky (2009, p. 35). “[...] a brincadeira em forma condensada contém em si, como na mágica de uma



lente de aumento, todas as tendências do desenvolvimento; ela parece tentar dar um salto acima do seu comportamento comum”. Em uma realidade de mundo totalmente diferente de uma pessoa adulta, no que se refere a afazeres e obrigações cotidianas, a maior parte do tempo de uma criança é ocupada com brincadeiras, e se isso não acontece, algo está errado, ou algo pode dar errado no seu processo natural de desenvolvimento pessoal, cognitivo e social. É o que afirma Kishimoto (2010, p. 1) quando fala da importância do brincar na vida de uma criança:

Para a criança, o brincar é a atividade principal do dia a dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar.

Podemos afirmar que o brincar na Educação Infantil, traz sentimentos em diversas expressões, situações, sensações e emoções, tornando um ambiente prazeroso para a criança. Ao pensarmos em planejar nossas atividades para desenvolver com as crianças, não podemos esquecer que o brincar deve acontecer de forma livre ou dirigida. A esse respeito em seu contexto Porto (2014) destaca:

Para que os docentes possam desenvolver teorias críticas e lúdicas na prática pedagógica é necessário, sobretudo, que sejam ativos e criativos. Para que sejam ativos e criativos em suas salas de aula é preciso que sintam capazes e queiram agir e criar com autonomia (Porto, 2014, p. 143).

Dessa forma, é importante que os docentes estejam preparados para suas práticas pedagógicas voltadas ao âmbito escolar, e que de fato desenvolvam atividades com métodos ativos que levam a criança a ter uma aprendizagem eficaz. Sendo assim, é importante também que as atividades desenvolvidas em sala de aula ou na parte externa da escola estejam sempre em contato com a realidade educacional.

Por isso é de extrema importância que o professor conheça os documentos norteadores e contextualize nas suas práticas pedagógicas, principalmente práticas que favoreçam a ludicidade. A partir da observação dos pequenos brincando, o professor pode disponibilizar materiais que auxiliem o desenvolvimento da brincadeira ou que conduzam a outras experiências inseridas nas práticas lúdicas no cotidiano escolar. Logo, no processo de desenvolvimento faz-se necessário que diferentes habilidades sejam despertadas para desenvolver ações afetivas, cognitivas e corporais, fortalecer as relações entre educadores e



educandos por meios de atividades práticas. Uma vez que é através das brincadeiras que as crianças desenvolvem desde o seu nascimento até a fase adulta, as relações afetivas, pois possibilitam noções de limites e espaços que poderão ser aprimoradas de acordo com seu desenvolvimento.

Com isso, conheceremos alguns subtópicos que podemos utilizar em nossas práticas, destacando jogos e brincadeiras, bem como jogos simbólicos, faz de conta e cantigas de roda, que podem ser utilizados na sala de aula com objetivo lúdico.

2.1.1 Jogos e brincadeiras

Dentre as atividades que compõem o cotidiano de um indivíduo, desde a sua infância, passando pela adolescência, até a fase adulta de sua vida, estão as brincadeiras e os jogos. É possível observar que nos seus primeiros contatos cognitivos com o mundo real, a criança consegue brincar, mesmo que de forma involuntária. Sorrir para movimentos e expressões que, de algum modo, chamem a atenção dela, é um dos primeiros sinais de que a brincadeira e a diversão fazem parte do mundo do ser humano.

No universo lúdico e sua prática na sala de aula, são muitos os jogos e brincadeiras que podem ser utilizados para propiciar o aprendizado e o conhecimento; faz-se necessário, portanto, conhecer e discutir a respeito desses jogos e de suas contribuições. É através das brincadeiras que a criança usa os movimentos do corpo, como expressão, comunicação e linguagem. Essas atividades devem ser aplicadas na maior quantidade possível de vivências educacionais diversificadas e conectadas a significados na cultura da criança.

Portanto, é fundamental observar se, durante as atividades, as crianças apresentam: atenção, concentração, memorização, discriminação visual e auditiva, se procura conhecer, vivenciar e incorporar as práticas da cultura corporal, se comparam o novo ao que já conheciam, criam estratégias para atingir objetivos e superar possíveis limitações.

Não há forma mais prazerosa de se aprender algo do que a alegria de poder fazer isso brincando. É um privilégio do qual as crianças podem usufruir, e que realmente funciona para elas. Os instrumentos e métodos que tornam essa prática cada vez mais eficaz são os brinquedos e jogos. A autora Kishimoto (2008, p. 36), além de apontar a importância do brinquedo e do jogo na prática pedagógica, destaca o desenvolvimento cognitivo que a criança alcança a partir da experiência e vivência com essa prática:

O uso do brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para a relevância desse instrumento pedagógico para situações de ensino-



aprendizagem e de desenvolvimento infantil. Se considerarmos que a criança pré-escolar aprende de modo intuitivo, adquire noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-la.

Essa importância da utilização pedagógica do brinquedo nos remete à ideia que já vem sendo dita por quase todos os autores aqui mencionados, à maneira particular de cada um, mas com o mesmo sentido: a criança não brinca por simplesmente brincar, ela está sempre aprendendo e se desenvolvendo em suas ações.

Vale ressaltar que o brincar é uma ação que permite a criança se adaptar e socializar com o meio e com o objeto, transformando a experiência em conhecimento. Nesse sentido, para uma criança, o ato de brincar torna-se um universo de aprendizado, onde ela aprende consigo, com o outro e como o meio social em que vive. E, quando se trata dos jogos e brinquedos educativos, essa possibilidade de desenvolvimento, psíquico e cognitivo se expande ainda mais para a criança. É o que afirma Kishimoto (2008, p. 36):

Utilizar o jogo na Educação Infantil significa transportar para o campo do ensino-aprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora (Kishimoto, 2008, p. 36).

E quando se fala em motivação, deve-se lembrar que a brincadeira também não atrai a atenção da criança apenas pelo ato ou prazer de brincar, segundo Vygostsky (2009, p. 35): “No jogo, a simples corrida sem objetivo, sem regras, é um jogo indolente que não empolga as crianças”, para elas, é preciso que haja um motivo especial, um objetivo, um estímulo que as levem a querer participar, sejam eles, chegar em primeiro em uma corrida, ser o primeiro a desvendar uma charada, ser o primeiro a montar um quebra-cabeça, a concluir um jogo de memória, se não houver um fator estimulador.

Por meio da brincadeira, as crianças se relacionam, descobrem novas possibilidades, se envolvem com o novo, são constantemente estimuladas na criatividade, na interação e emocionalmente.

Nas brincadeiras, a criança adquire autonomia, constrói sua personalidade, transmite suas realidades vivenciadas, dá lugar para a imaginação, usa de criatividade e amplia o seu vínculo afetivo e social, aprimorando seus conhecimentos, novas informações e experiências adquiridas (Silva, 2014).



Por meio do lúdico, as crianças conseguem aprender tranquilamente e sem pressão. Assim, o seu desenvolvimento se dá de forma mais ampla e completa, isto contribui muito na aquisição de valores culturais, sociais e morais. Assim vem potencializando o desenvolver da criatividade, intelectualidade, autoestima, autoimagem e autonomia (Silva, 2014).

Dessa forma, o professor deve trazer brincadeiras que promovam a participação de todos e, ao mesmo tempo, possam contribuir com a socialização e com a aquisição de experiências no seu cotidiano, assim como para o crescimento e o desenvolvimento das crianças.

Ao se trabalhar com a Educação Infantil, é necessário que o educador tenha como seu alvo principal, as brincadeiras, mas sempre bem planejadas de acordo com a idade e nível das crianças, pois assim, cada atividade proposta trará grandes resultados conforme o que fora projetados. Pereira (2012, p. 20) salienta que:

As atividades lúdicas são muito mais que momentos divertidos ou simples passatempos e, sim, momentos de descoberta, construção e compreensão de si; estímulos à autonomia, à criatividade, à expressão pessoal. Dessa forma, possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de aspectos importantes para a construção da aprendizagem. Possibilitam, ainda, que educadores e educandos se descubram, se integrem e encontrem novas formas de viver a educação.

Sendo assim, as brincadeiras na Educação Infantil nos levam a proporcionar momentos significativos para a vida dos nossos discentes. A criança, nesse sentido, não será apenas reprodutora do que o professor ensina, mas articulará e produzirá seu próprio conhecimento a partir das suas percepções acerca do que lhe é apresentado. Por isso é de extrema importância que o professor conheça os documentos norteadores e contextualize nas suas práticas pedagógicas, principalmente práticas que favoreçam a ludicidade, visto que também está postulada no artigo nono das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI): “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira” (Brasil, 2009, art. 9). Por isso devem ser muito bem elaboradas e executadas para despertar sentimentos de motivação, interesses, busca e vontade de aprender.

Na concepção do termo ludicidade utilizado pelo teórico Vygotsky (1991, p. 86), o brincar é a principal atividade da infância. O autor necessariamente nos mostra o quanto o ambiente escolar e os docentes devem preparar suas práticas pedagógicas, no que tange ao



conteúdo planejado, quanto à aplicabilidade nas brincadeiras, visando que o brincar na vida da criança torna-se um processo importante.

Neste aspecto, o professor é influenciador e mediador do conhecimento, mesmo que a aprendizagem se dê por meio de jogos, brincadeiras lúdicas e de maneira livre para os alunos, e não se exerça sobre eles, nenhuma forma de pressão. É o professor quem escolhe, planeja cada brincadeira, cada atividade lúdica e as direciona para que no final se alcance os objetivos propostos pensados e elaborados de acordo com cada aluno e seus respectivos desempenhos e dificuldades. Por isso, é de suma importância projetar e traçar objetivos, como afirma Friedmann (2012, p. 54-55).

[...] possibilitar tempo, espaço e materiais para brincarem livremente, escutar o que as crianças têm a dizer, fortalecendo a autoestima, fomentar a autonomia durante os conflitos, para estimular o desenvolvimento emocional e o autoconhecimento das crianças, possibilitar ações físicas que motivem as crianças a ser mentalmente ativas, propor regras, participação, elaboração, questionar valores morais proporcionar a troca de ideias, incentivar a responsabilidade de cada criança quanto ao cumprimento das regras, permitir o julgamento das mesmas, promovendo o desenvolvimento da inteligência.

Neste sentido, a Educação Infantil é pautada nas atividades lúdicas através de brincadeiras e jogos que viabilizam uma aprendizagem de qualidade, de rápida obtenção de conhecimento e que refletirá futuramente na vida de cada um. Como resultante dessas influências, podemos dizer que o brincar leva o sujeito a manter relação com o conhecimento, bem como a desenvolver suas capacidades. Segundo Vygotsky (1991), a brincadeira, mesmo que não planejada e sem determinado controle, terá princípios. A brincadeira “estátua”, por exemplo, tem princípios que devem ser seguidos pelas crianças.

[...] Da mesma forma que a imitação, a brincadeira é fundamental para que a criança desenvolva a sua identidade e autonomia. Quando brincam, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Além de amadurecerem algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. Estes se fazem presentes, sobretudo, no faz-de-conta, quando as crianças brincam como se fossem o pai, a mãe, o filhinho, o médico, o paciente, heróis, vilões, entre outros, imitando e recriando personagens observados ou imaginados nas suas vivências (Friedmann, 2012, p. 43).

Desta forma, Friedmann (2012) retrata que as brincadeiras trazem provento para o desenvolver das crianças, fazendo com que ela explore, crie e desenvolva suas habilidades com o objetivo de expandir o seu potencial, pois elas aprendem brincando e assim vão



adquirindo conhecimento, uma vez que a brincadeira é uma forma de linguagem a partir da qual a criança atua, desenvolve-se e cria o seu próprio conhecimento.

Neste percurso, os professores podem observar melhor o desenvolvimento das crianças adequando as brincadeiras a cada fase e possibilitando uma melhor aprendizagem. É importante que as ações pedagógicas desenvolvidas pelos professores sejam aplicadas de forma a considerar nas aulas o contexto no qual cada criança vive, a adaptar as suas características e necessidades de forma tranquila e sem cobrança, para que possam se desenvolver coletiva e individualmente.

Nesta perspectiva, o brincar como elemento pedagógico deve ser mediado, ou seja, o professor precisa atuar como facilitador, deve ser capaz de interpretar os jogos que a criança realiza sem ter a preocupação de julgar o mérito de suas ações. O educador, enquanto professor atuante, terá um papel fundamental fazendo a relação entre o amadurecimento do seu organismo, com estímulos trabalhados para melhor desenvolver a motricidade do aluno. Para que essa mediação aconteça, faz-se necessário que ele esteja preparado e conheça sobre o assunto, devendo estar sempre em busca constante do conhecimento, para poder ajudar seu aluno.

Portanto, cabe aos educadores buscarem a interação do movimento na escola, com objetivos e metas bem traçadas. Visto que essa interação é peça fundamental no aprendizado do aluno, é de suma importância que isso seja trabalhado, principalmente na Educação Infantil, de forma interessante e prazerosa. Ao despertar a motivação por meio da união corpo e mente, e através da expressão o educando torna-se um ser criativo, desenvolvido, e apto a realizar atividades mais complexas, e, com isso, alcança excelentes resultados para a sua evolução.

Atualmente os educadores conhecem inúmeras brincadeiras e atividades lúdicas que promovem uma melhor e mais adequada aprendizagem na Educação Infantil. Assim como os jogos e brincadeiras, destaco o ato de brincar como recurso pedagógico que favorece a ludicidade. Compreendendo a importância da ludicidade nas práticas pedagógicas dos professores, bem como levando em consideração a minha experiência profissional como professora torna-se necessário mencionar os conceitos como os jogos e brinquedos, os jogos simbólicos e as cantigas de roda.

2.1.2 Jogos simbólicos: o faz de conta



Falar sobre o faz de conta no âmbito dos jogos simbólicos é importante, tendo em vista a imensa capacidade de imaginação da criança, após a aquisição de parte de suas habilidades cognitivas. A imaginação das crianças é uma das ferramentas mais usadas por elas para a criação de seu universo brincante. Exemplifica-se as conhecidas frases “pra dizer...” ou “faz de conta...” utilizadas determinadas brincadeiras em que as crianças se imaginam como algum personagem, sejam atores de filmes, jogadores de futebol, ou até mesmo profissionais admirados por elas, como o bombeiro, o policial, o motorista de caminhão.

A imaginação da criança ocupa 50% do prazer que ela tem pela sua brincadeira. As meninas, por exemplo, brincam de boneca porque na maioria das vezes, no seu universo do “faz de conta” imaginam-se sendo mães. Além disso, no seu universo imaginário são capazes de criar suas casas, seu trabalho, bens e objetos, como na realidade dos adultos.

Na brincadeira, um objeto é usado como se fosse outro, uma pessoa se comporta como se ele ou ela fosse outro, e o tempo imediato e local são tratados como se fossem de outra forma e em outros lugares (liberdade relativa); a criança parafraseia e transforma a sua própria experiência (licença denotativa), e as sequências que surgem têm uma qualidade recursiva não linear (incerteza sequencial) (Bondioli, 2017, p. 60-61).

Diante disso, pode-se afirmar que há na criança uma extrema capacidade de construir um universo paralelo a partir de sua imaginação, que não distancia o real do imaginário, mas que o coloca dentro de suas possibilidades, considerando suas experiências iniciais sobre o mundo que o cerca.

Essas habilidades mentais que levam a criança ao seu “faz de conta” acabam sendo um meio por onde elas demonstram parte de suas emoções ou de que forma estão vendo o mundo, ressaltando que “[...] o faz de conta serve a funções afetivas, como regulação e modulação das emoções. As crianças utilizam a brincadeira para expressar aspectos de suas experiências que acham intrigantes ou perturbadoras” (Bondioli, 2017, p. 61). Observa-se, diante disso, que o mundo do “faz de conta” das crianças é algo que proporciona novas descobertas como desejos, impulsos, emoções e sensações vivenciadas no seu cotidiano. Fians (2015, p. 41) aponta alguns elementos que as ajudam a construir e explorar a criatividade e a imaginação:

Os materiais que compõem o faz de conta derivam dos mais diversos vínculos, referências e experiências trazidos pelas crianças. Contatos com outras pessoas, eventos cotidianos, livros, desenhos animados, jogos de videogame, de computador e de tablet, viagens, visitas ao local de trabalho dos pais, entre tantos outros estímulos, produzem ideias, valores, personagens e situações que são colocados à disposição para que sejam reformulados de modo autopoietico (Fians, 2015, p. 37).



Observa-se, diante disso, que brincadeira está associada à imaginação e à criatividade da própria criança, Fians (2015) conclui seu pensamento explicando que não se trata de uma separação entre brincadeira e realidade, mas os dois lados opostos em que se coloca a verdade e a “mentirinha”.

Assim, o que se separa não é a brincadeira da realidade, como inicialmente sugerido, mas sim, como atestam as crianças, a verdade e a mentirinha. Afinal, a brincadeira não se opõe à realidade: aquela é um momento inserido nesta, e tanto o que é sério quanto o que é de brincadeira são igualmente reais, na medida em que ambas compõem a experiência de engajamento da criança com o mundo (Fians, 2015, p. 41).

Nesse sentido, é preciso frisar também a importância de se incluir as atividades recreativas na prática pedagógica. Afinal, o ato de brincar não exerce efeito positivo somente nas crianças, pois adolescentes e jovens também são adeptos da diversão como forma de entretenimento, e dessa forma também são influenciados quando essa ferramenta é usada como instrumento educativo, visando o desenvolvimento intelectual, físico, mental e social.

De acordo com Marreiro (2016, p. 15) “a incorporação de brincadeiras, jogos e brinquedos na prática pedagógica, podem desenvolver diferentes atividades que contribuem para inúmeras aprendizagens e para a ampliação da rede de significados construtivos, tanto para crianças como para os jovens” (Marreiro, 2016, p. 15). Visto que, a tendência das práticas pedagógicas é tornar o ambiente educativo interativo e socializador através das atividades desenvolvidas no ambiente, contribuindo para a formação do indivíduo.

Desta forma, brincar de “faz de conta” na sala de aula pode agregar um caráter lúdico e pedagógico, visto que essa atividade manifesta a criatividade e a fantasia das crianças, bem como, a produção de ideias e valores sobre o mundo que os cercam, criando-o, decifrando-o, deformando-o, onde a criança cria um mundo imaginário para expressar suas emoções, sua forma de ver e de se inserir no mundo que a cerca.

Outras brincadeiras muito utilizadas na sala de aula são as cantigas de roda, que promovem muitos benefícios, se trabalhada com o objetivo lúdico tanto, nas questões de coordenação motora grossa, quanto nas questões sociais e emocionais. A catinga de roda é muito utilizada na Educação Infantil, sendo um importante recurso para o desenvolvimento da criança promovendo estímulos para sua interação e adaptação cultural.

2.1.3 Catingas de roda



É importante citar que as cantigas de roda fazem parte das chamadas brincadeiras tradicionais, pois transmitem e reproduzem o folclore, a diversidade cultural, costumes e crenças por meio de músicas e danças em formato de roda. É a partir dessas características que o professor pode inserir as cantigas de roda na sala de aula e agregar a elas um caráter lúdico. Segundo Rebello e Rosa (2021, p. 2):

A música estimula o desenvolvimento em vários aspectos, entre eles: o aperfeiçoamento auditivo, pelo contato com os diversos estímulos sonoros, diferentes ritmos e gêneros musicais; a organização dos pensamentos, à medida que as crianças comparam as ações musicais com os sentimentos causados por elas; o aprimoramento das habilidades motoras, enquanto se movimentam, dançam e cantam para acompanhar os sons e músicas; o desenvolvimento da socialização e do trabalho em equipe, nas rodas de música, jogos musicais [...].

Com relação à socialização, a cantiga de roda se faz importante, pois é uma atividade que a criança conhece desde o berço, por meio das canções de ninar e brincadeiras no seu primeiro espaço de convivência, o espaço familiar. Ao levarmos em consideração que a sala de aula é a inserção da criança pré-escolar ao convívio social, a cantiga de roda pode ser utilizada como um elo de identificação, tornando-a um espaço de acolhimento, afeto e segurança, e ainda, favorece o convívio com o professor e outras crianças.

De acordo com Silva (2017), as cantigas de roda podem explorar os aspectos de socialização, interação, sentimentos, amizade e solidariedade. Deste modo, percebemos o quanto a cantiga de roda traz estímulos para a aprendizagem do aluno; cito como exemplo as cantigas que exploram por meio de suas letras, esses aspectos como na cantiga “a canoa virou” e “se eu fosse um peixinho”, que fazem referência às atitudes de solidariedade e companheirismo.

Já na cantiga “se os passarinhos voam, eu também quero voar, com biquinho para baixo, e as asinhas para o ar, é pé, pé, pé... é mão, é, mão, é mão, deu uma volta meu amigo, aperte aqui na minha mão”, temos um convite para a execução de determinados movimentos, explorando, desta forma, a coordenação motora, a expressão e o contato corporal na brincadeira de roda. As cantigas não podem ser apenas utilizadas como forma de entreter as crianças, mas pode-se agregar valor lúdico, pois estas possuem muitos benefícios que podem ser explorados, conforme destacam Rebello e Rosa (2021, p. 4):



Através das cantigas de roda, pode-se trabalhar a coordenação motora, estimular a memória, exercitar a comunicação oral, a criatividade, o vocabulário, a socialização, o trabalho em equipe, o respeito às outras pessoas e ao meio ambiente, entre outras contribuições. A coordenação motora e a movimentação são trabalhadas pelos movimentos realizados nessas brincadeiras. Geralmente, todas as crianças participam cantando, trabalhando a oralidade e a memória. A criança pode expandir seu vocabulário, ao conhecer palavras novas presentes nas canções e treinar a criatividade na movimentação.

O canto durante as atividades que reúnem música e movimento é indispensável para essa etapa da educação, pois na Educação Infantil música e gestos estão intimamente ligados, assim como ocorre nas brincadeiras de rodas, segundo Michahelles (2011, p.12).

Nas brincadeiras-de-roda, o convite ao canto ocorre de maneira natural. Canta-se, em geral em coro, havendo algumas cantigas com espaço para 'solos'. Há margem para as mais variadas explorações de dinâmica, timbre, e registros vocais e, logo para a autoexpressão pessoal e grupal. Música, corpo e emoção integram-se impulsionando-se entre si.

É possível afirmar que por meio da brincadeira de roda a criança pode se expressar de muitas formas, por meio do canto, expressão corporal e movimentos predeterminados, favorecendo o convívio social, a criação de laços afetivos com as demais crianças, e a criatividade, tornando-a um recurso de extrema importância na prática pedagógica.

Ao destacarmos alguns jogos e brincadeiras que podem ser utilizados na sala de aula ressaltaremos também a importância de o professor conhecer essas metodologias e da ludicidade na prática dos professores.

2.2 A importância da ludicidade na prática pedagógica dos professores

A ludicidade possibilita ao professor abordar assuntos mais complexos de forma dinâmica e criativa, expressar-se e apropriar-se de uma linguagem em que a criança o entenda, e na fase da pré-escola, a linguagem da criança ocorre principalmente por meio dos jogos e brincadeiras. Segundo Bacelar (2009, p. 85):

Viver e permitir a vivência da ludicidade é uma conquista que se constrói consciente e pacientemente, fazendo contato com as coisas simples do cotidiano, observando os detalhes dos acontecimentos à nossa volta, dando-se conta das mudanças que acontecem no nosso interior. É uma obra de arte. E, como o artista, o educador precisa buscar conhecer, viver e realizar com maior perfeição, a cada dia, a tarefa da Educação Infantil.

Na Educação Infantil, o professor deve optar por atividades em que a criança se sinta confortável para se expressar, atividades que estimulem suas habilidades e potencialidades



cognitivas, afetivas, emocionais e psicomotoras, e uma forma de estimular essas potencialidades é por meio de jogos e brincadeiras que favorecem a ludicidade.

Duarte e Mota (2021) ao abordarem a temática a respeito da ludicidade, afirmam que é uma tarefa difícil, o professor precisa estar com seu repertório de atividades atualizadas constantemente, pois vivemos na sociedade da informação e o desafio é fazer uma aprendizagem significativa pela qual a diversidade de conhecimentos não seja silenciada e invisibilizada.

Desse modo o professor precisa estar em constante aprendizado e aberto às experiências que a ludicidade é capaz de proporcionar na troca de saberes entre o professor e seus alunos, observando como cada aluno se comporta diante das atividades lúdicas propostas na sala de aula:

Nesse sentido, o educador precisa olhar para a criança, respeitando sua individualidade, considerando a singularidade do seu jeito de expressar seus sentimentos, de experimentar e vivenciar as atividades que lhe são propostas, enfim, sua maneira peculiar de estar no mundo. É relevante também compreender que o jeito de ser de cada criança está relacionado às suas relações familiares, sua cultura, suas características pessoais. Portanto, uma criança pode manifestar reações de satisfação ou de contrariedade, alegria ou tristeza, diferentemente de outra (Bacelar, 2009, p. 82).

Neste sentido, o educador em suas práticas pedagógicas precisa desenvolver atividade que leve em consideração suas observações aos diferentes níveis de desenvolvimento que o educando apresenta e, além de promover o estímulo à aprendizagem, o professor precisa saber selecionar as situações importantes dentro da sala de aula, percebendo e sentindo de que forma irá auxiliar no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Perrenoud (2002, p. 20) afirma que “os professores, em seu trabalho pedagógico, devem criar situações que favoreçam o raciocínio de seus alunos”.

Sendo assim, precisam utilizar métodos diversificados, além de alternativas metodológicas para facilitar a aquisição do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades. Deste modo, as crianças precisam de incentivos e orientações do professor-mediador durante todo o processo ensino-aprendizagem.

A ludicidade traz muitos desafios e reconhecer se as atividades proporcionaram uma experiência lúdica aos alunos é de extrema importância. Neste sentido, pode-se apontar a sala de aula como um desses espaços que se caracterizam como um ambiente heterogêneo, onde as experiências perpassam de modo diferente para cada um deles e cabe ao professor saber lidar com a individualidade e subjetividade dos seus alunos.



A escola é um espaço rico e estimulante de aprendizagens; nela há a presença do lúdico, onde o professor será o mediador entre o aluno e o conhecimento. Nesse sentido, os educadores em geral precisam lançar um olhar diferenciado sobre o lúdico, especialmente quando se fala sobre jogos e brincadeiras na Educação Infantil, isto porque são atividades que não podem ser vistas como mero passatempo, mas como ferramentas de estímulo à aprendizagem do aluno, que podem ligar-se a diversos tipos de conteúdo e ao desenvolvimento de habilidades e competências nas crianças. A adequação à faixa etária e às características dos alunos são questões imprescindíveis para o sucesso do uso de jogos e brincadeiras, de forma que através desses momentos haja prazer, descontração e aprendizagem.

Para tanto, a prática do lúdico no cotidiano do professor se torna desafiadora, e muitas vezes precisamos fazer uma análise sobre qual proposta ou ferramenta de ensino poderia melhorar ainda mais o fazer pedagógico em sala de aula. Por isso, o professor precisa estar em constante atualização em suas práticas, e renovar os métodos, com o intuito de proporcionar troca de saberes entre seus alunos. Assim como, desenvolver atividades que estimulem as habilidades dos alunos e suas potencialidades cognitivas, afetivas, emocionais e psicomotoras, por meio de atividades lúdicas criativas, dinamizadas, com brinquedos e brincadeiras livres e direcionadas, musicalização, brincadeiras de rodas, teatros, oficinas, contos, fábulas e trava-línguas, promovendo o fortalecimento das práticas na proposta curricular da Educação Infantil, no intuito de tornar cada aula mais interativa e dinamizada, colaborando com os educadores em uma nova perspectiva sobre o ensinar e o aprender.

Diante do exposto, torna-se necessário contribuir com a relevância da ludicidade no contexto educacional. Portanto, trago no próximo capítulo, as contribuições sobre o desenvolvimento da criança no processo educacional, baseado na teoria de Vygotsky (2010).



3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Ao longo de todo o percurso sócio-histórico e cultural das coletividades, a educação tem sido alvo de estudos que buscam pela compreensão das distintas formas de assimilação do conhecimento e do saber.

Nesta trajetória entre a relação da educação com o processo de desenvolvimento, aponto Vygotsky (2010), no que tangem as contribuições sobre o desenvolvimento da criança no processo educacional, bem como outros renomados autores: Buber (2009), Ivic (2010) Palangana (2015), Piaget (2010), Silva e Carneiro (2023), a fim de subsidiar teoricamente a pesquisa, retomamos aqui, estudos com embasamento no processo de ensino-aprendizagem da criança.

3.1 A relação entre Vygotsky e a ludicidade na educação infantil

A teoria sociointeracionista adotada pelo teórico Vygotsky está presente no contexto escolar no desenvolvimento sociocultural da criança desde seu nascimento, e está relacionada à etapa da adaptação e socialização com o meio e com o objeto, transformando a experiência em conhecimento onde a criança aprende consigo mesma, com o outro e como o meio social em que vive.

Vygotsky (2010) propôs ensinamentos que revolucionaram o entendimento sobre as interações traçadas pelas crianças e os aprendizados por elas adquiridos. De acordo com os conhecimentos epistemológicos da teoria de Vygotsky (2010), as crianças adquirem o saber a partir das interações com o meio social no qual convivem, por meio da experimentações vivenciadas desde os primeiros dias de vida, sendo tais aprendizados relevantes no processo de desenvolvimento dos sujeitos.

Vale ressaltar que para Vygotsky (2010, p. 31), a educação não se resume à aquisição de um conjunto de informações; ela é uma das fontes de desenvolvimento e ela própria se define como o desenvolvimento artificial da criança, ou seja, a educação tem um papel substancial no processo de desenvolvimento do indivíduo, seja nos contextos históricos, sociais, culturais ou organizacionais.

Tais entendimentos descontrolam epistemologicamente a concepção de uma educação pré-modulada, traçando em linhas teóricas a busca por uma educação mais vívida. E neste



momento, é importante dialogar sobre a teoria de Vygotsky (2010) com os pensamentos de Freire (1967), uma vez que a teórica freiriana inclina-se pela busca de uma educação mais experimental, que abranja conhecimentos escolares e não escolares, construindo um ambiente estruturado para a formação de sujeitos reflexivos, críticos, humanos e libertos para uma vida social mais respeitosa e proativa.

Se de um lado Freire (1967) indicou que a escola deve abranger os conhecimentos extraescolares adquiridos pelos educandos em seus contatos sociais, como os conhecimentos culturais, morais, éticos e outros, por outro, Vygotsky (2010) trouxe o entendimento de que a criança, enquanto sujeito social, se desenvolve sob uma formação estabelecida em uma base relacional direta com a sociedade na qual convive. Palangana (2015) denomina a teoria vygotskyana de socioconstrutivismo ou sociointeracionismo, uma vez que ela se fundou em indícios científicos que validaram a formação do ser social, enquanto criança, à parte de uma interação direta com o meio social.

Desse modo, podemos compreender que na teoria da interação social de Vygotsky, a relação entre aprendizagem e desenvolvimento é muito importante. A criança internaliza as interações com o ambiente e o desenvolvimento ocorre. A cultura é um dos principais influenciadores do desenvolvimento mental. Sugere os caminhos e características da sua relação com o mundo. Nessa interação, o indivíduo não apenas internaliza as formas culturais que recebe do seu ambiente, mas também intervém e as transforma.

Para o campo da psicologia, com recorte aos entendimentos de Buber (2009), para o campo da psique humana entende-se pela mútua interação entre o sujeito e o meio social, não havendo como dissociar, em nenhum momento da existência vital destes seres, tal relação interativa. A ilustração aqui trazida é importante para validar o entendimento de Vygotsky (2010) sobre a interação homem x ambiente. No entanto para Vygotsky, a relação de interação entre o sujeito e o meio é tamanha que há a produção de modificações reflexas, ou seja, o sujeito modifica o ambiente e o ambiente também modifica o sujeito (Ivic, 2010).

O pensamento vygotskyano revolucionou a compreensão das bases teóricas dedicadas à Educação Infantil, uma vez que dispôs de indícios validadores de uma formação social das crianças por meio da interação com o meio escolar e não escolar (Palangana, 2015). Ivic (2010) aponta que tal concepção epistêmica trouxe consigo a valoração de pontos sociais para o âmbito educacional, aclarando o entendimento quanto à importância de uma maior atenção para os constructos de conhecimentos adquiridos pelas crianças em suas interações em contextos não escolares.



Dois pontos elementares da teoria de Vygotsky (2010), com alta relevância positiva para a Educação Infantil e o entendimento sobre a formação das crianças, são indicados por Ribeiro, Silva e Carneiro (2023) como a linguagem e o pensamento. Para o referido teórico, a linguagem e o pensamento possuem relevância no processo de formação humana infantil, pois têm uma ação direta no processo de aprendizado, atraindo ou puxando os denominados ciclos de desenvolvimento (Palangana, 2015).

Os ciclos de desenvolvimento em Vygotsky (2010) e em Piaget (2010) nada mais são do que as etapas do desenvolvimento infanto-juvenil, para as quais atribuiu-se valores psicocognitivos-motores distintos, os quais são trabalhados em prol do pleno desenvolvimento destes sujeitos, sendo estes ciclos: sensório-motor (de 0 a 2 anos); pré-operatório (de 2 a 6 anos); operatório concreto (de 7 a 12 anos); e o operatório formal (a partir dos 12 anos). Palangana (2015) destaca que, sob a visão vygotskyana, em cada um destes ciclos há o desenvolvimento de novas concepções de linguagem e de pensamento, as quais evoluem de acordo com o desenvolvimento humano dos sujeitos.

As produções científicas-epistemológicas de Vygotsky (2010) para a Educação Infantil alocaram as crianças como sujeitos sociais, sendo eles o centro do cerne educacional. De acordo com esta ótica, a teoria vygotskyana contribuiu com o vislumbre da importância de construção de um processo de “escuta ativa”, direcionado à compreensão das necessidades da criança, do respeito à individualidade infantil e da proposição de atividades de forma colaborativa (Ivic, 2010). Palangana (2015) destaca que o teórico então alocou as crianças em processo educativo como sujeitos de direito, distanciando-se da concepção de meros espectadores e reprodutores do aprendizado pré-formulado.

Vygotsky (2010) produziu ainda o entendimento de que as crianças são seres sociáveis, as quais conseguem aprender por meio da escuta ou das experiências do outro. Tais aprendizados produzem então uma concepção cognitiva sobre possíveis comportamentos a serem adotados ou não. Ivic (2010) aponta que o teórico recorreu ao indicativo hipotético de uma situação que envolva a produção do medo e do receio, ou seja, se uma criança observa que uma outra cai e se machuca, cognitivamente, ela pode aprender com esta experiência terceirizada e reproduzir um comportamento ativo ou omissivo, de praticar a mesma ação e correr o risco de se machucar, ou de evitá-la e, com isso, produzir a evitação do risco.

O autor Vygotsky ressalta que a formação da mente humana se dá através de um contato externo, a partir desse contato com outras pessoas, a criança começa a se desenvolver



de forma interna, ou seja, de maneira intrapsicológica, fase esta, presente em grande parte do desenvolvimento da criança.

Vygotsky (1991b, p. 131-132) conclui que

A relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo: o pensamento nasce através das palavras. Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não expresso por palavras permanece uma sombra. A relação entre eles não é, no entanto, algo já formado e constante; surge ao longo do desenvolvimento e também se modifica. [...] As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana.

Neste sentido, a criança deve ter toda uma preparação para sua entrada na escola, pois ao ingressar na instituição ela irá aprimorar o que desenvolveu durante o seu contato externo. Por isso que Vygotsky defende que a relação dessa criança com as demais pessoas que a cercam fará toda uma diferença no seu percurso enquanto aprendiz.

Vygotsky (2010) acreditava que o educador possui o dever de oportunizar um espaço escolar colaborativo, com a segurança necessária para gerar os estímulos de autonomia para os educandos, em prol da construção de relações educativas interativas. Indicativos estes que impulsionaram os discursos contemporâneos que buscam reformular as bases pedagógicas de ensino, principalmente as atreladas à Educação Infantil, dispondo de métodos e metodologias pedagógicas capazes de produzir uma maior interação na relação de ensino-aprendizado, a exemplo das metodologias ativas da ludicidade, da gamificação, da musicalização e outras, essenciais para desvincular-se dos métodos tradicionais de ensino, atendendo aos intentos sustentados pelos teóricos aqui indicados, principalmente por Vygotsky (2010) e (Ivic, 2010).

A reflexão teórica de Vygotsky e de autores renomados no contexto, foi importante para as análises no que se refere ao desenvolvimento infantil e interatividade com o meio social. Vale ressaltar que sua concepção está relacionada a cada estágio do desenvolvimento da criança, suas observações dialéticas mostram a transformação entre as bases biológicas do comportamento humano e o seu processo de interação no espaço educacional levando em consideração a construção de conhecimento sobre si mesma e sobre o ambiente que a cerca.

Vygotsky acreditava e defendia que o homem é sujeito de sua própria transformação através do meio do qual faz parte. Tinha um olhar voltado sobre a criança como ser capaz de desenvolver e realizar tarefas sozinha ou com ajuda de outra pessoa, ou seja, a criança é um



ser social, que pode ser independente na construção do seu conhecimento, visto que a aprendizagem é algo que precisa ser despertado e desenvolvido historicamente.

Neste sentido, no espaço escolar deve priorizar-se, dentre outros aspectos, a garantia da qualidade do ensino e o fortalecimento da escola, visando oferecer às crianças, uma aprendizagem de sucesso, centrada no desenvolvimento do indivíduo, em seus processos de construção e organização a partir da sua realidade.

Em seguida apresento os conceitos desta pesquisa que levaram a investigação desta temática

3.2- METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa com base na apresentação dos resultados da investigação dentro dos questionamentos que levaram a investigação da temática. Para a realização da pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa com base na apresentação dos resultados da investigação dentro dos questionamentos que levaram a investigação da temática. Segundo Silveira (2009), por meio da pesquisa qualitativa, busca-se explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não se quantifica os valores e as trocas simbólicas nem se submete à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (2009 p. 32).

Desse modo enfatiza-se a importância da abordagem qualitativa que trata-se de uma pesquisa que se prende a uma análise interpretativa contando com a percepção e os conhecimentos do investigador do trabalho científico. Em virtude disso, pretende-se por meio dessa abordagem responder a todos os questionamentos feitos e objetivos propostos sem quantificá-los. Diante essa tratativa, a pesquisa mostra diversos fatores que determinam ou que contribuem diante da realidade vivenciada na questão da ludicidade na Educação Infantil, em especial.

Uma investigação deve ser compreendida como procedimento racional e sistemático com objetivos de responder aos problemas que são propostos. A pesquisa em sua fase de construção estabeleceu um conhecimento teórico sobre o tema, tendo sido adotada a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico que tornou-se um instrumento importante, construída por meio de obras e materiais já produzidos, a citar: artigos, dissertações, teses, entre outros. É importante enfatizar que a pesquisa bibliográfica é um instrumento que indica direção e caminho a construir através do fenômeno investigado. Para Marconi e Lakatos (2019, p. 183) “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito



sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”, pode-se dizer, portanto, que a pesquisa bibliográfica fornecerá subsídios para o desenvolvimento da temática abordada.

A pesquisa documental como instrumento de análise e reflexão desde o princípio de sua construção, foi investigada por meio do processo da leitura de informações sobre a ludicidade e a prática dos professores na Educação Infantil, de fato a pesquisa documental teve seguimento que contempla as questões precisas com significados aos resultados deste estudo. Nesse sentido, as tabelas construídas abaixo contemplam os documentos que serão analisados para a presente pesquisa.

Portanto, a abordagem qualitativa respondeu aos questionamentos feitos sobre os objetivos propostos, destacando os conceitos de infância e de crianças, o brincar, jogos, brincadeiras, e a importância da ludicidade no âmbito escolar. A pesquisa documental foi instrumento de análise e reflexão desde o princípio da construção, realizada através do processo da leitura, informações sobre a Educação Infantil, a implementação e a obrigatoriedade no ensino, agregando significados aos resultados deste estudo.

Para ampliar nossos conhecimentos sobre os documentos educacionais oficiais, foram elaborados dois quadros com informações e referências para contribuir com o trabalho das escolas e dos profissionais da educação.

Quadro 1- Documentos nacionais analisados

DOCUMENTO	EMENTA	CONTRIBUIÇÃO
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Constituição da República Federativa do Brasil	A Constituição Federal de 1988 (CF88) ganha notoriedade, dispondo que o direito à educação é social e universal, devendo a educação nacional abranger aos mais diferentes contextos escolares e extraescolares.
Lei nº. 8.069/1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	O ECA preconiza, não apenas sobre o direito à educação, como também sobre o direito à cultura e à experimentação de diferentes formas de constituição do “saber”, indispensável ao pleno desenvolvimento do menor (Brasil, 1990).



Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº. 9394/1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	A LDB, indica que incumbe à Educação Infantil o desenvolvimento dos aspectos físico, psicológico, intelectual e social das crianças de até 5 (cinco) anos de idade.
Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil	O RCNEI, aponta alguns dos benefícios proporcionados pela ludicidade às crianças, a partir das suas práticas no decorrer do processo educacional. Brincar estimula a criança a sentir-se bem consigo mesma, com as outras crianças e com seu meio social, percebendo que o ato de brincar vai muito além de apenas diversão.
Resolução CNE/CP nº. 5/2009	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	As DCNEI estabelecem, conforme postulado em seu artigo 4º que as propostas pedagógicas para a Educação Infantil devem levar em consideração que a criança é centro do planejamento curricular. Ela é um sujeito histórico dotado de direitos, que constrói sua identidade pessoal e coletiva nas interações, nas relações e nas práticas cotidianas que vivencia, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa e experimenta. Conta histórias, faz perguntas, cria significados sobre a natureza e a sociedade. Cria cultura (Brasil, 2009).
Lei nº.13.005/2014	Plano Nacional de Educação (PNE)	Conhecido por Plano Nacional de Educação (PNE), este documento passou a dispor de um rol de metas educacionais, a destacar a Educação Infantil.



Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Base Nacional Comum Curricular	Documento este que fora reformulado no ano de 2017, passando então a dispor de diretrizes atualizadas para a Educação Básica, no que cerne ao conteúdo curricular da Educação Infantil.
---------------------------------------	--------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

O Quadro 2 traz as análises dos documentos vigentes que norteiam a ludicidade nas práticas pedagógicas da Educação Infantil no Estado do Amazonas e no Município de Manacapuru/AM.

Quadro 2 – Documentos estaduais (Amazonas) e municipais (Manacapuru/AM) analisados

DOCUMENTO	EMENTA	CONTRIBUIÇÃO
Lei nº. 10.172 /2021	Plano Estadual de Educação (PEE/AM)	O PEE/AM estabelece metas para a educação no estado a serem alcançadas em um período de 10 anos (2014-2024), bem como a Educação Infantil no Amazonas garantida pelos documentos regulatórios vigentes nacionais.
Referência Curricular Amazonense (RCA)	Referência Curricular Amazonense (RCA)	O RCA é um documento que foi constituído como currículo em conformidade com a BNCC, visando o atendimento das particularidades do estado. A elaboração ocorreu em várias etapas e com diferentes seguimentos que compõem a educação no estado: Rede de ensino estadual, Rede de ensino municipal, Rede privada e Universidades.
Lei nº. 323/2015	Plano Municipal de Educação	O Plano Municipal de Educação de Manacapuru (AM) envolve estratégias com o objetivo de atingir as metas que o município deve cumprir no período entre 2015 e 2025.
Projeto Político Pedagógico (PPP)	Projeto Político Pedagógico (PPP)	É o documento básico da escola e tem por finalidade configurar a organização do trabalho da escola como um todo e assegurar na forma da lei.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).



informações a

respeito dos documentos que preconizam, não apenas o direito à educação, mas que determinam com grande relevância, a Educação Infantil. Contudo, é necessário que as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais e suas respectivas escolas se organizem, diante dos documentos educacionais oficiais, proporcionando oportunidades de leitura, reflexão e discussão em torno dos desdobramentos da obrigatoriedade da ludicidade no processo do ensino. É importante citar que estes documentos concedidos através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Manacapuru-AM e da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC), foram utilizados para informações a serem tratadas nos próximos tópicos deste estudo.



4. A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DESDOBRAMENTOS DA SUA OBRIGATORIEDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Assim como as demais etapas da Educação Básica no nosso país, a Educação Infantil também possui seus documentos norteadores que visam, não somente, orientar as práticas pedagógicas do professor, mas também estabelecer os princípios, fundamentos e objetivos que regem a Educação Infantil no Brasil, a fim de garantir o desenvolvimento integral das nossas crianças. No próximo subtópico trago uma análise sobre os documentos nacionais e suas propostas pedagógicas alinhadas à Educação Infantil acerca das Políticas Públicas do país.

4.1 Documentos Nacionais

Os documentos educacionais oficiais voltados para o direito à educação são fundamentais para a compreensão acerca do processo de escolarização da criança, pois é por meio da educação que se pode compreender a infância, como ela é concebida e definida, bem como ocorrem as práticas pedagógicas e os processos e vinculados à educação da primeira infância.

Nesta trajetória, Vygotsky aponta que a educação está na vida e na relação com a cultura humana. O autor destaca ainda que o uso da psicologia educacional “[...] pode indicar como alguém deve ser educado para formar um escravo ou um homem livre, um novato ou um rebelde” (Vygotsky, 2010, p. 43). Então, quando falamos de educação, nesse sentido, é fundamental nos perguntarmos: que novos vínculos pretendemos estabelecer? De que educação estamos falando? Ou seja, com que finalidade, com base em que valores e para que tipo humano se pretende formar uma determinada educação? O que nos deixa compreender claramente que este é um direito fundamental, pois está intimamente relacionado com a dignidade humana, que é um dos fundamentos da república Federativa do Brasil.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é o documento institucional fundante de leis, normas e regras que assegura o exercício sobre o direito. É importante destacar que no escopo normativo nacional, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) ganha notoriedade, determinando que o direito à educação é social e universal, devendo a educação nacional abranger aos mais diferentes contextos escolares e



extraescolares. Desta feita, o referido documento dispõe da necessidade de se trabalhar temáticas que alcancem aspectos culturais, éticos, morais e outros, referentes a diversidades sócio escolares, indispensáveis ao pleno desenvolvimento humano, capacitando os indivíduos para o convívio social e o exercício da cidadania (BRASIL, 1988).

No mesmo sentido, a teoria de Vygotsky (1989) indica que o uso de temas e subtemas do âmbito do convívio socioeducacional é imprescindível para um desenvolvimento pleno dos indivíduos. Mediante esta concepção, Vygotsky (1989) esclarece que o indivíduo é geneticamente social. O crescimento e o desenvolvimento da criança estão, nessa perspectiva, estreitamente ligados aos processos de apropriação do conhecimento disponível em sua cultura, ou seja, aos processos de aprendizagem e ensino, sendo realizados no meio físico e social. Ele afirma que a relação do indivíduo com o mundo se dá por meio de símbolos, em que a linguagem tem função fundamental facilitando a comunicação recíproca entre os indivíduos, fazendo com que estes consigam abstrair e generalizar seus pensamentos.

A promulgação da CF/1988 impulsiona o desenvolvimento da norma legal que dispunha de um rol mais extensivo de diretrizes aplicáveis aos mais diferentes níveis educacionais, incluindo a Educação Infantil. No contexto da legislação brasileira, levamos em consideração a entrada em vigor do Estatuto da criança e do adolescente (ECA), a destacar a Lei Federal nº. 8.069/1990, que determina para o estado e a sociedade em geral, as obrigações e deveres sobre a proteção dos direitos da criança e do adolescente.

O ECA preconiza, não apenas sobre o direito à educação, como também sobre o direito à cultura e à experimentação de diferentes formas de constituição do “saber”, indispensáveis ao pleno desenvolvimento do menor (Brasil, 1990). Nesse contexto, a ludicidade é de grande valia para o desenvolvimento, sendo um fator positivo na vida da criança. No processo de desenvolvimento, o autor Vygotsky (1896-1934) contribui com a filosofia sócio-histórica destacando que o ser humano é o que ele constrói durante as interações sociais e sua história de vida. Com isso, o autor interessou-se em relacionar a criança com as brincadeiras infantis e o fardo da experiência sócio-histórica que ela gradualmente herda. Enquanto brincam, as crianças também desenvolvem diversas aptidões que as servirão para o resto da vida, tais quais imaginação, memória, criatividade e imitação. Portanto, o ECA é um documento que assegura a proteção da criança e seu desenvolvimento seguro e pleno, dos pontos de vista psicológico, físico, moral e social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) inclusa na Constituição Federal, garante o direito à educação gratuita e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação



Nacional, além de complementar classificando a Educação Infantil como primeira etapa do ensino-aprendizagem. Sendo sua finalidade dentro da Educação Básica: desenvolver os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais das crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

A lei passou, então, a ampliar a visão quanto à questão constitucional do “pleno desenvolvimento”, apontando quais as habilidades humanas devem ser desenvolvidas pela Educação Infantil. Para o pensamento de Vygotsky (1989), é preciso que a multidisciplinaridade de temáticas e de métodos pedagógicos seja uma realidade nas escolas, de modo a alcançar o desenvolvimento saudável das habilidades das crianças na Educação Infantil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) nos orienta que para brincar, é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade.

Segundo o RCNEI (1998, p. 27) “[...] toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada”. Dessa forma, esse documento aponta benefícios proporcionados pela ludicidade às crianças, a partir das suas práticas no decorrer do processo educacional. Brincar estimula a criança a sentir-se bem consigo mesma, com as outras crianças e com seu meio social, percebendo que o ato de brincar vai muito além de apenas diversão. O resultado dessa prática no contexto educacional reflete diretamente no meio social em que a criança vive e para o qual está se desenvolvendo. Por isso, o RCNEI destaca a importância de manter o ato de brincar ligado sempre a elementos da vida real da criança.

A Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) trazem a Resolução CNE/CP nº 5/2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Conforme postula o artigo 4º:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009).



No ano de 2009, a elaboração e a divulgação da Resolução nº. 5/2009, do Ministério da Educação, ampliou o rol de normatizações aplicáveis à Educação Infantil. Do rol de diretrizes deste documento, extrai-se a percepção de uma emergente necessidade de se trabalhar as experiências socioeducacionais que envolvam aspectos culturais, artísticos, ambientais, científicos e tecnológicos no contexto da Educação Infantil (Brasil, 2009).

A referida norma reforçou a importância do manejo das experimentações no campo da Educação Infantil, o que é justificado por Vygotsky (1989) como sendo a própria base do desenvolvimento neurocognitivo das crianças, o qual ocorre por meio das suas vivências e experimentações práticas.

A criança, nesse sentido, não será apenas reprodutora do que o professor ensina, mas articulará e produzirá seu próprio conhecimento a partir das suas percepções acerca do que lhe é apresentado. Por isso, é de extrema importância que o professor conheça os documentos norteadores e contextualize nas suas práticas pedagógicas, principalmente exercícios que favoreçam a ludicidade, visto que também está postulado no artigo nono das DCNEI, garantindo que “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira” (Brasil, 2009).

As diretrizes aqui mencionadas orientam as ações realizadas nas diferentes unidades educacionais da Educação Infantil, contextualizando a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação de suas propostas pedagógicas na educação curricular de ensino. É importante considerar que as DCNEI (1999) são uma garantia para crianças acerca de várias experiências de comunicação em diferentes expressões, notando que o mundo em que as crianças entram por meio de sua própria cultura, está marcado com imagens, sons, palavras e textos.

Observa-se, a partir das DCNEI, a relevância que as interações e a brincadeira possuem no processo de construção do conhecimento, pois esses dois eixos visam garantir, segundo os incisos do artigo nono, experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo; favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens; possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita; incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza.

Em consonância com essas diretrizes, o RCNEI, aponta alguns dos benefícios proporcionados pela ludicidade às crianças, a partir das suas práticas no decorrer do processo



educacional. Sendo assim, brincar estimula a criança a sentir-se bem consigo, com as outras crianças e com seu meio social:

A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil (Brasil, 1998).

Assim, percebe-se que o ato de brincar vai muito além de apenas diversão. O resultado dessa prática no contexto educacional reflete diretamente no meio social em que a criança vive e para o qual está se desenvolvendo. Por isso, o RCNEI destaca a importância de manter o ato de brincar ligado sempre a elementos da vida real da criança.

De igual modo, a Lei nº. 13.005/2014, conhecida por Plano Nacional de Educação (PNE), passou a dispor de um rol de metas educacionais. Para a Educação Infantil, a Meta 1 traz uma série de objetivos que devem ser atendidos pelas práticas educativas vinculadas à Educação Infantil brasileira. Nota-se uma grande preocupação com a qualidade do aprendizado desenvolvido neste nível educacional, o qual irá preparar os educandos para os posteriores níveis educativos (Brasil, 2014), sendo fundamental o aprendizado da Educação Infantil. Vygotsky (1989) destaca que as crianças aprendem por meio da interação com o outro e com o meio, sendo tal interação indispensável para o desenvolvimento neurocognitivo e psicomotor dos infantes.

Deste modo, a escola é um espaço de interação por onde passa todo contingente de crianças em seu processo educacional, se tornando ambiente fundamental ao desenvolvimento dos indivíduos desde sua infância. Na Educação Infantil é necessário que toda criança passe por todas as etapas em seu desenvolvimento. Para que isto possa acontecer, é de extrema importância, a descoberta de si mesma e sua relevância no desenvolvimento integral, que leva a criança a conhecer suas habilidades e potencialidades cognitivas, afetivas, emocionais e psicomotoras.

A própria LDB (Lei nº 9394/1996) indica que os currículos dos níveis educacionais devem observar as diretrizes contidas na BNCC. Sendo assim, neste documento que fora reformulado no ano de 2017, passando então a dispor de diretrizes atualizadas para a educação básica, encontramos, ainda, a indicação da necessidade sobre orientações didáticas centradas nos aspectos metodológicos, interligado com uma proposta pedagógica que



proporcione à criança a visualização de todo o processo, aprendendo a conhecer, conviver, fazer e ser, transformando-a em um indivíduo atuante e integrado em seu meio social.

No que tange ao conteúdo curricular da Educação Infantil, a BNCC enfatizou a importância do manejo de novas metodologias, as quais sejam capazes de despertar uma maior interação na relação de ensino-aprendizagem, dotando os educandos de maior protagonismo e autonomia, experimentando temáticas multidisciplinares que oportunizem o desenvolvimento socioeducacional-humano destes educandos (Brasil, 2017).

O arcabouço legal-normativo aplicável à Educação Infantil brasileira traz claras evidências sobre a importância do manejo das experimentações multidisciplinares, de ordem temática escolar e extraescolar, para o desenvolvimento das crianças, assim como sustentado por Vygotsky (1989) e outros teóricos. Mas, para tal, é indispensável o conhecimento dos docentes quanto a tais perspectivas legais-normativas. Todos estes documentos passaram a trazer claros benefícios para ampliar os discursos e o manejo de novas metodologias de ensino, a exemplo da ludicidade. Mas, para que tais metodologias possam ser manuseadas em concordância com os parâmetros legais-normativos, é fundamental que o educador tenha o domínio de um conhecimento amplo sobre a matéria teórica e prática.

O próximo tópico apresenta a contextualização dos documentos educacionais do estado do Amazonas e do Município de Manacapuru/AM, bem como os seus desdobramentos das políticas a nível nacional e das políticas locais que fomentam as orientações para as práticas pedagógicas nas escolas.

4.2 Documentos do estado do Amazonas e do município de Manacapuru/AM

Os documentos referentes ao estado do Amazonas e do município de Manacapuru/AM trazem os princípios norteadores sobre a educação desenvolvida nas unidades de ensino, tais práticas estão baseadas na legislação vigente. É fundamental identificar e analisar as estruturas desses documentos no que se refere à implementação da ludicidade nas práticas dos professores, e na organização escolar. Neste cenário, o autor Vygotski (2009) entende que a escola não é apenas um espaço de aprendizagem de conceitos científicos, mas também um campo essencial para o desenvolvimento quando orientado para funções maturacionais.

Neste sentido, é importante ressaltar que a escola e demais instituições que compõem o todo social desempenham um papel importante na formação e transformação do ambiente



nem

transformadora, é as duas coisas ao mesmo tempo, porque num sentido reproduz a ideologia dominante, noutra sentido transforma a realidade histórico-social existente” (Ferreira *et al.*, 2004, p. 17). Desse modo, o processo escolar é uma etapa fundamental no desenvolvimento mental de uma criança. Com alocação sistemática de conhecimento, o ensino não deve se concentrar no ontem, mas focando no futuro do desenvolvimento infantil.

Destaca-se nesta construção, um processo de discussões sobre documentos que circundam na área da educação do Estado do Amazonas a destacar: O Plano Estadual de Educação/AM (PEE/AM), o Plano Municipal de Educação (PME), o Referencial Curricular Amazonense (RCA) e o Projeto Político Pedagógico (PPP), trazendo informações sobre os desdobramentos e orientações desses documentos para a ludicidade na Educação Infantil.

Os Centros de Educação Infantil localizados no Município de Manacapuru/AM, obedecem às seguintes legislações: LDB (Lei nº 9.394/1996); Resolução da CEB nº. 1/1999, que institui as DCNEI, que segue como Regimento Geral das Escolas Municipais e Estaduais. As Normas Educacionais fundamentam-se na necessidade de padronização de procedimentos didáticos, técnicos, administrativos e de controle e qualidade, tendo em vista as exigências legais ou regulamentares propostas pela SEMEC, com a visão de proporcionar uma educação de qualidade, contribuindo para a formação do cidadão, como conhecedor dos direitos e deveres.

Os Centros de Educação Infantil fundamentam-se em uma concepção que situa seus princípios de ensino/aprendizagem na interação docente e discente com sua realidade imediata, possibilitando, dessa forma, a construção de uma compreensão do meio em que se vive, bem como o desenvolvimento que contribui para a formação do sujeito como conhecedor de seus direitos e deveres.

O Brasil é um país no qual os estados, o Distrito Federal e os municípios tomam decisões independentes. Nesse contexto, o PNE cumpre o papel de coordenar os empenhos nacionais de forma colaborativa. Ressalta-se que através do PNE foi desenvolvido o Plano Nacional de Educação do Amazonas (PEE/AM) com o objetivo de estabelecer um plano sistematizado para a próxima década, baseado em um amplo estudo promovido em mutirão e liderado pela delegação estadual, criada para esse fim, em colaboração com as instituições que a compõem, tais como o Fórum do Estado do Amazonas com representantes da sociedade civil organizada e com o apoio do poder público do estado.

A Lei nº. 10.172/2021 destaca que a Educação Infantil no Amazonas garantida pelos



documentos regulatórios vigentes nacionais, também possui seus documentos próprios, como por exemplo, o PEE/AM, que estabelece metas para a educação no estado a serem alcançadas em um período de 10 anos (2014-2024).

Segundo o PEE/AM a meta para Educação Infantil foi:

Universalizar até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 10% (dez por cento) das crianças de até 3 (três) anos até 2019 e progressivamente 20% (vinte por cento) ao final da vigência deste PEE (PEE/AM, 2015).

De acordo com a análise situacional apresentada pelo PEE/AM a respeito da Educação Infantil, em 2013 o percentual da população de quatro e cinco anos que frequentava a escola no Amazonas era de 120.376 mil alunos. Segundo o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2020 e 2021 do estado do Amazonas, em 2016 eram 139.405 alunos, o número de matrículas na Educação Infantil cresceu 4,8% de 2017 a 2021, atingindo 152.742 matrículas em 2021.

Ainda no que se refere à Educação Infantil, o Plano também visava estabelecer mecanismos de avaliação e adequação das propostas pedagógicas, assim como “promover a formação inicial e continuada dos professores da Educação Infantil, garantindo o atendimento das crianças por docentes com formação superior (PEE/AM, 2015). Conforme o Censo Escolar 2021, na Educação Infantil do estado do Amazonas:

Quando observada a escolaridade, 75,1% possuem nível superior completo (73,9% em grau acadêmico de licenciatura e 1,2% de bacharelado). Dos profissionais dessa etapa de ensino, 7,0% têm curso de ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 17,9% com nível médio ou inferior. Desde 2017, houve um crescimento gradual no percentual de docentes com nível superior completo atuando na Educação Infantil, que passou de 64,8%, em 2017, para 75,1%, em 2021 (INEP, p. 39, 2022).

Passados quase nove anos de vigência do Plano Estadual de Educação do Amazonas, observa-se que a Educação Infantil está ganhando espaço na Educação Básica do estado, no que se refere a ofertas em números de vagas para a população de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos.

Com base na legislação apresentada podemos citar que o Plano Estadual do Amazonas vem desenvolvendo por meio de suas práticas diárias, valores tão importantes quanto o conhecimento acadêmico, transformando a vida dos alunos e de suas comunidades, uma vez que “[...] o objetivo da educação não é a adaptação ao ambiente existente, o que pode ser realizada pela própria vida, mas pela criação de um ser humano que olha além do seu



ambiente” (Vygotsky, 2001, p. 77). Para tanto, as propostas educacionais transformadoras envolvem a redistribuição do poder cultural para as comunidades locais, pais, educadores e alunos. Ao assumir maior responsabilidade pela educação, os cidadãos tornam-se mais ativamente envolvidos na formação intelectual e moral das suas comunidades.

É importante destacar neste contexto, a meta nº 1 que a Lei nº. 323/2015 que rege o Plano Municipal da Educação de Manacapuru/AM traz: Universalizar, até 2018, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, vinte e cinco por cento das crianças de até três anos de idade, até o final da vigência deste PME.

As Metas do Plano Municipal de Educação de Manacapuru (2015-2025) envolvem estratégias para atingir a meta nº 1, houve uma convenção do dia “D” da educação, em 01 de outubro de 2021, nas dependências das instituições de Educação Infantil, durante a Conferência Municipal, que teve o objetivo de discutir o plano Nacional de Educação (CONAE) e o Plano Municipal de Educação (PME). Na conferência foram discutidos os eixos temáticos, em que acerca do PME, foi realizada a avaliação dos objetivos alcançados e não alcançados, visando a melhoria da educação, de acordo com os eixos temáticos

Nesta conferência houve uma avaliação dos grupos participantes e concluiu-se que a educação do município não estava cumprindo o que consta no Plano Municipal de Educação, deixando de cumprir várias metas para a educação, principalmente no que se refere à Educação Infantil.

Quanto ao currículo e às práticas pedagógicas, o município adotou o RCA e a BNCC foi abordada como uma “reorganização” da Política Educacional Brasileira. Segundo a LDB (Lei nº 9.394/1996), o documento tem o objetivo de nortear, tanto os currículos dos sistemas e Redes de Ensino das Unidades Federativas, como também, as propostas pedagógicas. Sendo possível perfazer alguns recortes e priorizar os objetivos da aprendizagem com interações e brincadeiras que favoreçam a ludicidade do ensino na prática, no qual o professor consiga estimular o aprender, o brincar, e o cuidar.

A construção do RCA ocorreu em várias etapas e com diferentes seguimentos que compõem a educação no estado: Redes de Ensino Estadual e Municipal, Rede Privada, Universidades, dentre outras. Com o objetivo de montar um currículo em conformidade com a BNCC, mas também que atendesse às particularidades do estado. De acordo com o RCA:

O currículo na Educação Infantil é marcado por linguagens. Desde o nascimento, bebês estão imersos em um mundo com diferentes linguagens e



práticas sociais utilizadas para as pessoas se expressarem, se comunicarem entre si e se organizarem socialmente. Na tentativa de entender o mundo que as rodeia, os bebês e as crianças também se utilizam dessas linguagens, observando, agindo, pensando e interpretando o mundo por meio delas, humanizando-se nesse processo. Um aspecto do desenvolvimento da criança não é mais importante do que o outro (RCA, p. 21, 2019).

Nesse sentido, fez-se necessário pensar no currículo, tendo a criança como protagonista da sua aprendizagem, desde as suas primeiras interações com seu meio familiar e social, e levando em consideração as diferentes linguagens pelas quais as crianças se comunicam com o mundo:

Em todas as fases da Educação Infantil, desde os primeiros meses de vida, a criança vivencia a aprendizagem. Em função de suas necessidades, interesses e peculiaridades, realiza suas aprendizagens por intermédio da imaginação e da fantasia, da expansão e exuberância de seus gestos e manifestações afetivas. Nesse sentido, a experiência com a cultura, a partir da qual bebês e crianças possam se reconhecer como sujeitos da história e de seu desenvolvimento devem ser o agente promotor da aprendizagem (RCA, p. 21, 2019).

O professor, de acordo com o RCA, vai mediar essa aprendizagem, explorar as habilidades para que a criança se desenvolva e se adapte ao ambiente escolar, o professor deverá promover atividades em que a criança manifeste suas emoções, sentimentos, curiosidades e imaginação.

O PPP é o documento básico da escola e tem por finalidade configurar a organização do trabalho da escola como um todo e assegurar na forma da lei, o respeito aos princípios do pluralismo de ideias, de concepções e ações que respeitam o efeito do trabalho na escola, sendo intencional, com um sentido explícito de um compromisso definido.

O PPP aborda a respeito das propostas trabalhadas na escola e baseia-se nos documentos vigentes:

Enfatizamos que as propostas trabalhadas na escola baseiam-se no Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil - RCNEI, o qual integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), BNCC e Referencial Curricular Amazonense – Ensino Fundamental anos Iniciais elaborados pelo Ministério da Educação, atendendo as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 que estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e a Lei 11.274/2006 (PPP, 2021, p. 10).

Compreende-se como foco maior do PPP, o aluno e sua formação social. A relação entre a educação, a escola e a sociedade é alvo de transformação contínua que conscientiza o



educador ao compromisso com a Educação Infantil, em que o docente deve incumbir-se de zelar pela aprendizagem dos alunos, fomentado sua capacidade intelectual, atitude e o comportamento crítico das crianças, para haver continuidade na jornada diante do processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, pensa-se em realizar ações concentradas e eficazes para se alcançar a escolarização de todas as crianças, oferecendo uma educação de qualidade, melhorando e ampliando qualitativamente e de maneira eficiente, o sistema educativo. No PPP deve-se assumir a responsabilidade de fazer avançar as propostas pedagógicas, tornando a escola um espaço real de formação do cidadão e de contribuição para a transformação social.

Como se pode constatar a partir do que foi explicitado anteriormente, os documentos legislativos do campo educacional do estado do Amazonas e do município de Manacapuru/AM, nos direcionam a uma reflexão imprescindível para nosso conhecimento que contribui com o trabalho das escolas e dos profissionais da educação, principalmente no que se refere à ludicidade para as práticas pedagógicas, a garantir que o espaço educacional seja direcionado para a aprendizagem e o desenvolvimento.

Desse modo, as informações esclarecem o cenário da Política Municipal de Manacapuru-AM. Os documentos afirmam que a educação no estado do Amazonas promove a universalização do conhecimento, um espaço que garante o direito à educação para todos, sem distinção, e que, portanto, tem o dever de oferecer uma educação de qualidade baseada em uma programação que responda à diversidade do Estado, aos anseios das crianças, adolescentes e jovens e que visam promover a aprendizagem na perspectiva de buscar os conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social e profissional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os documentos educacionais oficiais, desde a ratificação da constituição Federal em 1988, passaram por mudanças e progressos no campo da educação. Questões importantes sobre a Educação Infantil, a formação docente e a concepção das práticas escolares estão vinculadas em suas propostas alinhadas à Educação Infantil, acerca das políticas públicas do país. As informações contidas na pesquisa nos remetem a uma visão sobre a proposta curricular de Educação Infantil no estado do Amazonas e no Município de Manacapuru-AM.

A estes princípios cabe acrescentar que os documentos educacionais constituem-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade, bem como promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças. Vale salientar que as funções destes documentos contribuem para as políticas e programas de Educação Infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo dos docentes e demais profissionais da Educação Infantil, apoiando os sistemas de ensino Estaduais e Municipais.

Partindo-se desse pressuposto, a partir das análises dos documentos educacionais discute-se sobre a importância do lúdico na Educação Infantil, a saber, como os docentes da Rede Municipal de Ensino de Manacapuru/AM desenvolvem suas práticas lúdicas? Esta questão é importante, pois busca esclarecer sobre os desdobramentos da Educação Infantil e sobre como estão associadas as práticas escolares, principalmente na implementação da ludicidade para as práticas dos professores em sala de aula.

Ao tratar de ludicidade no contexto escolar, é importante destacar as evidências encontradas na pesquisa, sendo um princípio importante para o desenvolvimento da criança, além de reconhecer sua importância com relação aos benefícios ocasionados pelas atividades, bem como as diferentes abordagens lúdicas que favorecem o ensino e a aprendizagem dos nossos discentes.



Pode-se afirmar que o debate acerca das concepções e práticas lúdicas é amplo e aberto a muitas outras discussões; nesse sentido, esse trabalho trouxe também suas contribuições para o campo de pesquisa a partir dos diálogos com pesquisas anteriormente realizadas, levando em consideração que este trabalho não apresenta soluções aos problemas educacionais, mas um caminho a ser explorado em torno da realidade amazonense e dos desafios das transformações sociais no âmbito educacional.

Destaca-se que os objetivos do estudo foram alcançados, visto que foi possível realizar as análises sobre as concepções da ludicidade nas políticas educacionais e o seu processo de desdobramento no município de Manacapuru/AM. Com isso, foi possível constatar que o brincar é algo constituído por lei, para garantir que as crianças possam socializar, interagir e brincar. É importante que essa afirmação nos leve a um conhecimento mais amplo sobre os documentos nacionais e locais que orientam sobre a implementação das práticas lúdicas em sala de aula.

As informações obtidas durante a pesquisa foram organizadas para atender aos objetivos traçados neste estudo, desenvolvidos dentro do processo histórico da educação, suas mudanças, e transformações no campo infantil, baseados na teoria de Vygotsky, sua relação com Educação Infantil na concepção do desenvolvimento da criança, no conceito do processo ensino-aprendizagem, por obras e materiais já produzidos, a citar também os documentos emitidos pela secretaria de educação (SEDUC/SEMEC).

Vale salientar que os métodos obtidos por meio da leitura desses materiais citados me possibilitaram retratar a realidade da Educação Infantil do Município de Manacapuru/AM, percebendo que o currículo municipal ainda é precisa ser divulgado entre os docentes ativos em suas áreas, para que suas práticas pedagógicas estejam diretamente ligadas ao planejamento para contemplar os conteúdos os quais preconiza a legislação, para que o ensino-aprendizagem não seja aleatório, mas baseado no que se espera que os alunos desenvolvam em cada etapa em que está inserido.

Assim, finalizo este estudo contribuindo para uma reflexão futura voltada às práticas pedagógicas dos docentes, afirmado que para desenvolver a ludicidade na Educação Infantil, faz-se necessário conhecer os documentos nacionais e locais sobre a implementação das práticas lúdicas em sala de aula. Como nenhum conhecimento é finito, recomendam-se revisões e atualizações contínuas mediante o surgimento de novas diretrizes e métodos relacionados à Educação Infantil.

Além disso, estudos futuros podem ser desenvolvidos para avaliar a eficácia dos



documentos legislativos e sobretudo, o conhecimento e a prática do público-alvo, levando em consideração que os documentos não podem ser simplesmente um receituário que descreve como o educador deve agir, faz-se necessário que o professor aproprie-se dos documentos para que desta forma, sua prática esteja alinhada com o currículo estabelecido pelo sistema educacional.



REFERÊNCIAS

- AMAZONAS. **Plano Estadual de Educação. Lei. 4.183 de 26 de junho de 2015**. Manaus: Diário Oficial do Estado do Amazonas, 2015.
- AMAZONAS. **Referencial Curricular Amazonense para a Educação Infantil**. Manaus: Conselho Estadual de Educação, 2019.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. FLAKSMAN, D. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 279, 1981.
- BACELAR, V. L. E. **Ludicidade e Educação Infantil**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BONDIOLI, A. O adulto como tutor na promoção do jogo simbólico das crianças. In: SCHLINDWEIN, L. M.; LATERMAN, I; PETERS, L. (orgs.). **A criança e o brincar nos tempos e espaços da escola**. Florianópolis: NUP, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Acesso em: 20 mai. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Acesso em: 22 mai. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 1998.
- BRASIL. Resolução nº. 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Acesso em: 28 mai. 2022.
- BUBER, M. **Eu e Tu**. Tradução: ZUBEN, N. A. V. 3. ed. Reimp. São Paulo: Centauro, 2009.
- COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DUATE, J. R; MOTA, E. A. O lúdico no processo de aprendizagem na Educação Infantil. Revista Educação Pública, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/o-ludico-no-processo-de-aprendizagem-na-educacao-infantil>
- FERREIRA, A. G. C. *et al.* Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas - UEA/PROFORMAR, 2004.
- FERREIRA, J. F.; S., J. A.; RESCHKE, M. J. D. **A importância do lúdico no processo de aprendizagem**. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20IMPORTANCIA%20DO%20LUDICO%20NO%20PROCESSO.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.



FIANS, G. **Entre crianças, personagens e monstros: uma etnografia de brincadeiras infantis**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

FRIEDMANN, A. **Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 2012.

GAMA, M. R. S. A importância do lúdico como ensino aprendizagem na Educação Infantil. **ISCI - Revista Científica**, ano 10, n. 6. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre, RS: Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IVIC, I. **Lev Semionovich Vygotsky**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.

KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. Editora Cortez, São Paulo: Cortez, 2008.

KISHIMOTO, T. M. **Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil**. Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento - Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, 2010.

KRAMER, S. **Política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1992.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARREIRO, A. A. R. **A importância do brincar no desenvolvimento infantil**. 2016. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/196519932-A-importancia-do-brincar-no-desenvolvimento-infantil.html>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

MICHAHELLES. B. **Cantigas e Brincadeiras-de-roda na Musicoterapia**. 2011. Disponível em: <<https://toaz.info/doc-view-2>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

OLIVEIRA, A. S.; LUENGO, F. C.; BARROS, F. C. O. M. Brinquedoteca: proporcionando reflexões sob três experiências significativas. Ver. Travessias, 2009.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social**. 6. ed. São Paulo: Summus, 2015.

PEREIRA, J. M. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PERRENOUD, P. **A formação dos professores no século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. 10. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2010.

PORTO, B. S. **Revista entreideias**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 13-23, jul./dez. 2014.



RIBEIRO, L. D. M.; SILVA, R. L. F. C.; CARNEIRO, L. V. **Vygotsky e o desenvolvimento infantil.** 2023. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391664/23.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

REBELLO, E. ROSA, H. S. V. A cantiga de roda como instrumento pedagógico na educação infantil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano. 6, ed. 11, vol. 7, pp. 2021.

SARMENTO, M. J. Administração da infância e da educação: as lógicas (políticas) de acção na era da justificação múltipla. In: **Congresso Luso-brasileiro de Política e Administração da Educação.** 2001, Braga. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2001.

SARMENTO, M J ; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo, in M. Pinto e M. J. Sarmiento (Coord.), *As crianças: Contextos e identidades.* (9-30). Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho (1997).

SILVA, B. C. M; SANTOS, L. J. M; **A importância do lúdico na Educação Infantil.** Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-ludico-na-educacao-infantil.htm>>. Acesso em: 29 de abr. 2021.

SILVA, N. Z. **A importância do lúdico na Educação Infantil.** 2014. Monografia. (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SILVA, N. R. P. **O uso das cantigas de roda, como ferramenta para o ensino-aprendizagem na Educação Infantil.** São Paulo: 2017.

VYGOTSKY, L. S. A brincadeira em forma e seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. Tradução. PRESTES, Z. **Revista Virtual de gestão de iniciativas sociais.** n. 8, p. 23-36, 2008.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** 4ª ed. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo-SP. 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores.** Obras Escogidas. Vol. 3. Madrid: Visor, 1995.

VYGOTSKY, Lev S. (1896-1934). **Pensamento e Linguagem.** Tradução: Ridendo Castigat Mores. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, Lev S. **Psicologia pedagógica.** São Paulo: WMF Martins Fontes – POD, 2010.